

# **Contributos de Fr. Joaquim de Santo Agostinho [1767-1845] no arranque da Academia Real das Ciências de Lisboa**

*Prof. Doutor Eurico Gomes Dias<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Na senda dos estudos paleográficos e diplomáticos portugueses, nos quais Fr. Joaquim de Santo Agostinho [1767-1845] se destacou, as recentes construções historiográficas promovidas

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém. Pós-graduado em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-graduado, Mestre e Doutor em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde prepara agora as Provas de Agregação. Bolseiro de Doutoramento e Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador associado do CEPESE [Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade – Universidade do Porto], do Centro de História da Universidade de Lisboa, do CIJVS [Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão], do CINAMIL [Centro de Investigação da Academia Militar], do Instituto de Estudos Medievais [FCSH-UNL], entre outras organizações científicas. Auditor do Curso de Política Externa Nacional [Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros] e Auditor do Curso de Defesa Nacional [Instituto da Defesa Nacional, Ministério da Defesa]. Pós-Doutoramento em História pela FLUP e Professor Auxiliar no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna [Lisboa].

pela Academia Real das Ciências de Lisboa exigiam um carácter probatório vincadamente científico. Detentor de uma escrita histórica elevadíssima e de um domínio filológico excepcional, os seus contributos para as *Memorias de Litteratura Portuguesa* são exemplo da sua indagação pelo Saber baseada na prova documental, em nome da verdade histórica.

**Palavras-Chave:** Fr. Joaquim de Santo Agostinho; Academia Real das Ciências de Lisboa; História; Crónicas; Numismática; Diplomática; Historiografia;

### **Abstract**

In the wake of the Portuguese paleographic and diplomatic studies, in which Fr. Joaquim de Santo Agostinho [1767-1845] stood, recent historiographical constructions promoted by the Royal Academy of Sciences of Lisbon required a distinctly scientific evidence. Holder of a very high historical writing and exceptional philological field, their contributions to the *Memoirs of Litteratura Portuguesa* exemplified by Know your inquiry based on documentary evidence, in the name of historical truth.

**Keywords:** Fr. Joaquim de Santo Agostinho; Royal Academy of Sciences of Lisbon; History; Chronicles; Numismatics; Diplomatic; Historiography.

De entre os ilustres colaboradores das *Memorias de Litteratura Portuguesa* [1792-1814] salientou-se Fr. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão<sup>[1]</sup> [Tavira, 1767-Lisboa, 1845], ou conhecido simplesmente como Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o qual desempenhou um papel significativo como historiador e polemista. Descobriu e deu a conhecer a *Crónica da Conquista do Algarve*, de autoria desconhecida, mas correntemente atribuída a Fernão Lopes<sup>[2]</sup>. Como natural de Tavira, privilegiou o estudo dos registos históricos no cartório da sua cidade de origem, embora fosse conhecedor dos espólios noutras localidades portuguesas.

Sagrado como frade eremita calçado de Santo Agostinho, cuja regra professou desde 1783, licenciou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra [1793]. Foi um dos primeiros sócios efectivos da Academia Real das Ciências de Lisboa, tornando-se conhecido por inspeccionar os cartórios do reino, tarefa que desempenhou parcialmente<sup>[3]</sup>, assim como pelas interveniências nas

---

[1] Cf. «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, pp. 57-59; vol. XII, pp. 147-148; «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Portugal. Diccionario Historico...*, vol. III, p. 662; «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XII, pp. 102-103; «Frei Joaquim de Santo Agostinho», in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vol. IX, col. 108; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. III, pp. 211, 237-240.

[2] BASTO, Artur de Magalhães – «Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”», separata de *Acta Universitatis Conimbrigensis*, Universidade de Coimbra, 1959, pp. 95-99; *Crónica de Portugal de 1419*, introdução e notas de Adelino de Almeida CALADO, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998, pp. 145-159.

[3] Sobre o trabalho de Fr. Joaquim de Santo Agostinho nos cartórios algarvios, ver IRIA, Alberto – *Descobrimientos Portugueses: Algarve e os Descobrimientos*, vol. I, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1956, p. 13; SABÓIA, João – «Os arquivos e a gestão dos documentos de conservação permanente», in *Actas das Primeiras Jornadas de Arquivos*, CMA, Albufeira, 2009, p. 3.

*Memorias de Litteratura Portuguesa*<sup>[4]</sup>. Nomeado freire conventual da Ordem de S. Bento de Avis em 1798, no ano seguinte, era designado abade de Santiago de Lustosa, no arcebispado de Braga. Eleito deputado às Cortes do Reino [1822], será agraciado com a comenda da Ordem de Avis logo após. A sua vida ainda é pouco conhecida, embora um primeiro esboço biográfico redigido por João Baptista da Silva Lopes<sup>[5]</sup> [1781?-1850] permaneça inédito.

Enquanto autor do *Compêndio de Direito Natural*<sup>[6]</sup> e das *Reflexões feitas em abono da verdade sobre o Correio Braziliense*, tais obras são exemplo da reacção enérgica contra aquele periódico e a redacção de Hipólito José da Costa [1774-1823], ainda que fossem publicadas anonimamente. Fr. Joaquim de Santo Agostinho debruçou-se sobre um ano editorial do *Correio Braziliense*, ou seja, 1809-1810, refutando-o detalhadamente artigo por artigo. Não obstante, tais manifestações só contribuíram para aumentar a popularidade do primeiro periódico brasileiro.

Só restou à Coroa portuguesa proibir a entrada do *Correio Braziliense*<sup>[7]</sup> em Portugal e no Brasil, o que ainda o tornou mais

---

[4] Vejam-se, adiante, os nossos comentários: «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, pp. 344-432; «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 297-362.

[5] BAIÃO, António – «O elogio académico de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, um inédito de João Baptista da Silva Lopes», separata de *Correio do Sul*, [s. n.], Faro, 1957; CAMPOS, Fernando – *O pensamento contra-revolucionário em Portugal (século XIX)*, J. Fernandes Júnior, Lisboa, 1931.

[6] Outras obras de Fr. Joaquim de Santo Agostinho: *Proposições d’Ethica e Direito Natural...*, Officina da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1796; *A Voz da Natureza sobre a Origem dos Governos*, vols. I-II, Imprensa Régia, Lisboa, 1814 [1.<sup>a</sup> edição: Londres, 1809].

[7] Foi de extrema utilidade para a nossa investigação a edição fac-similada do *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, por Hipólito José da COSTA, vols. I-XXXII, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001; «Correio Braziliense ou

popular e contrabandeado. De nada adiantaram os editais de proibição emitidos até 1817. Para impedir a circulação de uma publicação que incomodava visceralmente a Corte, surgiram então as *Reflexões sobre o Correio Braziliense*<sup>[8]</sup>, por Fr. Joaquim de Santo

---

Armazem Literario», in *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, pp. 166-167; TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, pp. 50-51, 84-88, 90-93, 95-99, 111, 209; *Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça... prezo, e processado em Lisboa pelo pretenso crime de framaçon ou pedreiro livre*, vols. I-II, W. Lewis, Londres, 1811; DOURADO, Mecenaz – *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, vols. I-II, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1957; RIZZINI, Carlos – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957; FERREIRA, João Pedro Rosa – «A proposta constitucional do *Correio Braziliense*», separata de *Cultura – História e Filosofia*, vol. V, Centro de História da Cultura/UNL, Lisboa, 1987, pp. 737-770; REIS, Fernando Egídio – *Os periódicos portugueses de emigração (1808-1822). As Ciências e a transformação do País*, tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, FCT/UNL, [versão policopiada], Lisboa, 2007, pp. 68-69.

[8] “Na imprensa periódica portuguesa deste período multiplicaram-se os ataques a Hipólito José da Costa e ao *Correio Braziliense* ou *Armazem Literário*, havendo registo de novos periódicos criados especificamente para combater a sua divulgação. Contudo, não se tratam de verdadeiros ‘periódicos’, mas sim de *cartas* ou manifestos sucessivamente endereçados ao autor daquele periódico e posteriormente editados ou compilados noutras publicações: *Argus Lusitano: ou Cartas Analíticas*, por José Anselmo Corrêa HENRIQUES, Officina de Cox Son and Baylis, Londres, 1809-1810; o *Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulada Correio Braziliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal*, por José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de LACERDA, Impressão Régia, Lisboa, 1810; ou *Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasiliense*, Impressão Regia, Lisboa, 1811. Ver ainda *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, por Joaquim de Santo Agostinho Brito França GALVÃO, Impressão Régia, Lisboa, 1809, comumente conhecido simplesmente por *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, publicação periódica que conheceu alguns números, ainda que com ligeiras alterações no seu título. Como o próprio título indica, este ‘periódico’ apenas surgiria como uma reacção de determinados autores como Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, ao que era publicitado no *Correio Braziliense* ou *Armazem Literario*. Trata-se de pequenos periódicos editados em diversos formatos e que apenas surgiram, reiteramos, devido às reacções de diversas personalidades face a alguma polémica momentânea sendo, por isso, desprovidos de qualquer cientificidade historiográfica. Acrescentamos outro título similar: *Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, Officina de

Agostinho Brito Galvão, cujos seis números foram impressos a expensas do Governo.

Paralelamente à intervenção política, assim como a sua colaboração periodista, os estudos históricos de Fr. Joaquim de Santo Agostinho permanecem uma prova evidente da sua enorme erudição. Refira-se, sobretudo, o seu contributo para a renovação da historiografia portuguesa, contestando velhas credences e apontando novos rumos científicos para a História de Portugal.

A *Crónica da Conquista do Algarve* é considerada uma das poucas fontes históricas sobre a tomada do Algarve<sup>[9]</sup>, sendo, inclusive, um dos melhores espécimes da antiga prosa portuguesa. Apresenta-se, portanto, a reprodução do texto redigido provavelmente no século XV, em modo fac-símile, e com ortografia moderna destinado ao leitor menos acostumado com o português medieval. Descoberto em 1788 na Câmara de Tavira por Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o texto, anónimo e sem data, relata um dos episódios mais complexos da História de Portugal. As informações contidas nesta narrativa, embora possam ser erróneas, fornecem um manancial histórico insubstituível.

Esta *Memoria* é, na verdade, um relato da descoberta dessa *Crónica*, que embora não inédita, apresentava ligeiras variantes em

---

Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1810.” DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração de 1640 e a Revolução Liberal de 1820*, tese de doutoramento em História, FLUP, [texto policopiado], Porto, 2007, pp. 277-278.

[9] HENRIQUES, António Castro – *Conquista do Algarve, 1189-1249. O Segundo Reino*, 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada, «Batalhas de Portugal», n.º 12, Tribuna da História, Lisboa, 2006. Num outro prisma, ver DIAS, Isabel – «O Mouro na *Crónica da Conquista do Algarve*», in *A Guerra até 1450*, coordenação de Teresa AMADO, Quimera, Lisboa, 1994, pp. 365-376.

comparação com outros códices originais. Considerada por Fr. Joaquim de Santo Agostinho “de algum interesse” historiográfico, mais não fosse por justificar a conquista do Algarve pelas forças portuguesas, ao invés das pretensões espanholas e inglesas de considerar o Algarve uma concessão régia de Castela a Portugal. Além de D. Afonso III, a figura privilegiada na *Crónica da Conquista do Algarve* foi D. Paio Pires Correia [1205-1275], mestre de Ordem de Santiago<sup>[10]</sup>. O interesse em publicitar esta versão da *Crónica da Conquista do Algarve* foi, apesar de tudo, de elevada importância historiográfica. As questões e incertezas derivadas da conquista dos Algarves e as grandes disputas entre Portugal e Castela que se seguiram, sem omitir as discrepâncias históricas<sup>[11]</sup> nos relatos cronísticos, foram aqui consignadas:

---

[10] VENTURA, Leontina – *D. Afonso III, «Reis de Portugal»*, vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.

[11] “Retomando as perspectivas propostas por José Mattoso e Romero de Magalhães, parece-nos que algumas das passagens da *Crónica da Conquista do Algarve*, nomeadamente aquelas que referem, na fase final da conquista de Faro, a presença do monarca e do mestre da Ordem de Santiago, não deverão ser recusadas liminarmente. Pelas razões já atrás referidas, as forças das ordens militares seriam suficientes para a sua concretização. No entanto, o rei teria todo o interesse em estar presente a esse evento, não necessitando para isso de se fazer acompanhar por todo o seu exército e da sua corte. De facto, Afonso III era rei de direito há bem pouco tempo e a situação ainda conturbada do reino, não deveria permitir que os ricos-homens abandonassem as suas tenências, para o acompanhar em uma campanha militar maioritariamente conduzida pelas ordens. As mesmas razões, já atrás aduzidas, explicam também a pouca necessidade de uma larga permanência do monarca nesta província, pelo que a sua campanha se pode ter desenrolado no período temporal que a documentação refere. [...] Por outro lado, julgamos ainda possível aduzir outros argumentos aos testemunhos atrás referidos, no sentido de corroborar as hipóteses sugeridas. Por outras palavras, que interesses poderiam mover Afonso III e D. Paio Pires a estarem presentes na fase final da conquista algarvia?” DAVID, Henrique & PIZARRO, José Augusto de Sotto-Mayor – «A conquista de Faro. O reavivar de uma questão», in *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, CML, Loulé, 1987 [1989], pp. 63-64.

“Em Agosto do anno de 1788 descubrî na Camara da Cidade de Tavira no Reino do Algarve huma pequena Chronica da Conquista do mesmo Reino, que julguei de algum interesse<sup>[12]</sup>. Nos Tomos Velhos da mesma Camara<sup>[13]</sup> vem lançada no I. que por sua muita antiguidade não tem principio, nem fim, desde pag. 207 até 213 por treze laudas<sup>[14]</sup> completas de fol. Grande. Nos Tomos Reformados em 1733 vem no I. desde pag. 3 até o meio da pag. 9, por doze laudas e meia da mesma marca: e fazendo todo o esforço por encontrar o Authographo da dita Chronica, o não pude já mais conseguir.

Como ella he Anonyma, nem designa o tempo em que foi escrita, só por conjecturas poderemos determinar a sua

---

[12] “Todavia, é do conhecimento público que muita documentação destes arquivos municipais se viria a perder irremediavelmente ao longo dos tempos, devido à irresponsabilidade e à ignorância de funcionários ou à incúria de outros responsáveis. Isto apesar da acção iniciada no século XVIII por personalidades como Fr. Joaquim de Santo Agostinho ou João Pedro Ribeiro que, incumbidos pela Academia das Ciências, visitaram alguns destes arquivos do Reino para avaliar o seu estado e referenciar o valor histórico dos seus acervos. Similar actuação viria também a acontecer na centúria seguinte protagonizada por Alexandre Herculano.” PEIXOTO, António Maranhão – «Os arquivos municipais no dealbar do século XXI», in *Arquivo Municipal de Viana do Castelo*, CMVC, Viana do Castelo, 2007. Sublinhado nosso.

[13] MAGALHÃES, Joaquim Romero de – «Uma interpretação da *Crónica da Conquista do Algarve*», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1987, pp. 123-133; CEPEDA, Isabel Vilares – *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa. Subsídios*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1995, pp. 73-75.

[14] “1. Cada lado de uma folha de papel. 2. Página de livro (impressa ou em branco) [...]” «Lauda», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. XI, p. 4952.



antiguidade<sup>[15]</sup>. Eu me persuado, que, supposto o seu Author não seja coevo, pois promete contar a Historia desta Conquista segundo o que se achava escrito, já que a isso havia faltado a Chronica de Espanha<sup>[16]</sup>, elle com tudo he muito antigo: o que se colhe de dizer, que ainda nos seus dias jazia a ossada dos Mouros, que o Mestre D. Payo Perez Corrêa matára nas Antas<sup>[17]</sup>, pouco antes da Conquista de Tavira; de dar constantemente o titulo de Villa á esta Cidade, a quem deo o Foro D. Manoel<sup>[18]</sup>, e o confirmou D. João III. por Carta sua de 10 de Novembro de 1525 dada em Almeirim; e ultimamente

---

[15] “Assim sendo, a *Crónica da Conquista do Algarve* remete para um texto oriundo dos *scriptoria* da Ordem de Santiago e representa um dos mais importantes vestígios da actividade historiográfica desenvolvida pelas ordens religiosas militares na Hispânia de Trezentos, não sendo, portanto, de admirar o facto de perspectivar a *Reconquista* do Algarve de uma forma que diminui e subalterniza o protagonismo régio da iniciativa, razão pela qual Herculano e Gonzaga de Azevedo manifestaram sérias reservas acerca da sua verosimilhança histórica. Não deixa, contudo, a crónica de fornecer importantes notícias de natureza socioeconómica, só possíveis de recolher por uma fonte que utilizou informações não muito distantes dos acontecimentos que relata.” KRUS, Luís – «Crónica da Conquista do Algarve», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, p. 176.

[16] *Portugalix Monumenta Historica. Scriptores*, vol. I, ACL, Lisboa, 1856, pp. 413-420; FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da – «Les Chroniques Portugaises des *Portugalix Monumenta Historica*», in *Revue des Langues Romanes*, vol. LXXVII, [s. n.], Montpellier, 1967; *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Lindley CINTRA, vol. I, Academia Portuguesa de História/IN-CM, Lisboa, 1983, p. CCCLII, nota n.º 94; *Crónica da Conquista do Algarve*, edição restituída e crítica por Fernando Venâncio Peixoto da FONSECA, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 1.ª Parte, vol. XXXVIII, Arquivo Municipal, Guimarães, 1987, pp. 206-240; 2.ª Parte, vol. XXXIX, 1988, pp. 81-109; *Crónica de Cinco Reis de Portugal...*, edição diplomática e prólogo de Artur de Magalhães BASTO, Livraria Civilização, Porto, 1945.

[17] SILVA, Luís Fraga da – «A ocupação da zona urbana de Tavira na Época Romana», in *Tavira Romana*, Associação Campo Arqueológico de Tavira, 2005.

[18] COSTA, António Carvalho da – «Da Comarca de Tavira», in *Corographia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal...*, vol. III, Tratado II, Officina Real Deslandesiana, Lisboa, 1712.

do seu estilo, e orthografia, que he o argumento mais decizivo da sua antiguidade<sup>[19]</sup>, como perceberá facilmente qualquer homem lido nos antigos documentos da nossa História<sup>[20]</sup>.”

Os comentários à *Crónica da Conquista do Algarve*, assim como o contexto histórico retratado, foram já sobejamente debatidos e chegou-se a um consenso generalizado, embora ainda subsistam algumas dúvidas residuais<sup>[21]</sup>. Não será este o lugar mais adequado, nem o pretenderíamos, para uma leitura textológica ou filológica, de carácter comparativo, com esta versão da Crónica da Conquista do Algarve, dado a panóplia de autores que se dedicaram a este objectivo<sup>[22]</sup>. Assim sendo, o nosso estudo centra-se,

---

[19] “A *Crónica da Conquista do Algarve* [...] foi publicada em 1792 pelo religioso que a encontrou na Câmara de Tavira, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, mas faz parte de duas crónicas descobertas recentemente: *Crónica de Portugal de 1419*, editada em 1945, com o título de *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, e *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, publicada em 1952, que corresponde ao manuscrito completo, do qual a *Crónica dos Cinco Reis* constitui apenas um fragmento. Pela insistência no pormenor descritivo e pela vivacidade da narração, deduz-se que o seu autor participou nos acontecimentos. A técnica narrativa adoptada assemelha-se à que foi empregada por Fernando Lopes.” *Poesia e Prosa Medievais*, selecção de M.<sup>a</sup> Ema Tarracha FERREIRA, pp. 69-70 [vide, pp. 294-297].

[20] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792, pp. 74-75.

[21] HERCULANO, Alexandre – «Notas críticas às notas de fim de volume», in *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado do Afonso III*, notas críticas de José MATTOSO, vol. III, Bertrand, Lisboa, 1983, pp. 531, 587-588; AVALLE-ARCE, Juan Bautista – «Sobre una crónica medieval perdida», in *Temas hispánicos medievales*, Editorial Gredos, Madrid, 1974, pp. 13-63; MACHADO, Joaquim Pedro – «Crónica da Conquista do Algarve (Texto de 1792)», in *Anais do Município de Faro. Boletim Cultural*, n.º 8, CMF, Faro, 1978, pp. 239-274.

[22] NUNES, José Joaquim – «Idade Média», in *Historia da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. I, p. 126; *Fontes Medievais da História de Portugal – Anais e*

fundamentalmente, na relevância concedida à divulgação e exposição pública desta fonte histórica:

“[...] A Conquista do Reino do Alguarve<sup>[sic]</sup> he hum facto dos mais embrulhados da Historia Portugueza. A identidade dos successos destes tempos, a pouca exacção dos primeiros Chronistas, a prevenção, e o espirito de partido, que desgraçadamente dominava os Historiadores da idade media d’ambas as Monarchias, realizou a chimera de ser o Reyno do Alguarve<sup>[sic]</sup> Conquista das Armas Hespanholas, e hum prezente, de que a generosidade dos seus Principes nos quis fazer mercê. Assim correo esta opiniaão, bebida nas encharcadas fontes dos Chronicões, sem outra prova, ou outra averiguação. E que assim succedesse não he muito para admirar; porque os Portuguezes, contentes em todo o tempo da gloria verdadeira de terem sido os primeiros, e unicos Conquistadores daquelle Reyno, pouco interessavaão na discussaão de opiniões arrojadas, e frivolas, que os successos desmentiaão, e a falta de fundamentos arguia de fabulosas. Mas que *Se Quien de la Neuville*<sup>[23]</sup>, *La Clede*<sup>[24]</sup>, e huma Sociedade

---

*Crónicas*, selecção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA, vol. I, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1948, pp. 187-189; CINTRA, M.<sup>a</sup> Adelaide – «Bibliografia dos textos medievais portugueses publicados», in *Boletim de Filologia*, tomo XII, [s. n.], Lisboa, 1951, p. 86; OLIVEIRA, António Correia de & MACHADO, Luís Saavedra – *Textos Medievais Portugueses*, 2.<sup>a</sup> edição, Atlântida Editora, Coimbra, 1961, pp. 455-456.

[23] LA NEUFVILLE, Jacques Lequien de – *Histoire Générale de Portugal*, vols. I-II, Chez Anisson Directeur de l’Imprimerie Royale, Paris, 1700; BRAGA, Isabel Mendes Drummond – *Sob os auspícios de Clío: Jacques Le Quien de La Neuville e a Histoire Générale de Portugal (1700)*, Centro de Estudos Históricos/UNL, Lisboa, 2010.

[24] LA CLÈDE, Nicolas – *Historia Geral de Portugal...*, vol. III, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1782.

de Homens Litteratos em Inglaterra<sup>[25]</sup>, assim o pensassem, e quizessem antes conduzir-se pella parcialidade dos Chronicões, que pellas provas incontrastaveis, e luminosas, que offerecem *Brandaõ*<sup>[26]</sup>, e todos os que depois d'elle tem escrito a nossa Historia Nacional, he isto ao meu ver, hum excesso de paixão sem desculpa, ou huma ignorancia indigna de qualquer homem dado ás letras<sup>[27]</sup>.”

Movido por um enorme interesse pela prospecção histórica, nomeadamente na História local ou de carácter municipalista, Fr. Joaquim de Santo Agostinho não conseguiu indagar a autoria da *Crónica da Conquista do Algarve*, a antiguidade daquele documento ou se seria coevo aos factos narrados. Contudo, demonstrou um grande cuidado em transcrever integralmente este documento, de acordo com os *Tomos Velhos* e os *Tomos Reformados* da Câmara de Tavira, permitindo um novo olhar renovado sobre a conquista do Algarve e os seus protagonistas:

“Despois que EllRey tomou a villa de faraõ<sup>[28]</sup> logo dahi a poucos dias partio ho mestre com sua companhia e foïçe

---

[25] Não conseguimos indagar a que Sociedade ou agremiação inglesa se referiria Fr. Joaquim de Santo Agostinho. Seria a Royal Society of London?

[26] BRANDÃO, Fr. António – «Como a conquista do Reyno do Algarue era propria de Portugal, & não de Castella», in *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, Livro XV, cap. V, f.ºs 178v.º-180v.º

[27] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, pp. 75-76.

[28] SANTOS, Mariana – «As muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na “vila-adentro”», separata de *Bracara Augusta*, vol. XX, n.º 43, [s. n.], Braga, 1966, pp. 147-164.

lançar sobre loule<sup>[29]</sup> e não esteve o cerquo munto sobre elle que loguo o não tomaçem e porque ho mestre corria alguma gente nas pelleyas e combates das villas dicelhe hum dia EllRey fallando com elle: mestre muito me peza por os cavalleiros que vos morreraõ na conquista destes luguares porque eraõ todos mui estremados homens. Senhor diçe o mestre não tomeis nojo por os mortos porque morreraõ no serviço de Deus e salvação de suas almas. e loguo ho mestre partio de loule e foyçe lançar sobre aljesur<sup>[30]</sup> e quando os moros soberaõ que faraõ e loule e os otros luguares eraõ tomados e deramçe loguo ao mestre com a condiçaõ que se deu faraõ e o mestre por ho cançasso que havia recebido elle e suas gentes nos otros luguares aprouvelhe com esto e de se tomar loguo aljesur como vos dito avemos e deos lhe deu todos estes vencimentos porque sabia quaõ de vontade ho mestre hera no seu santo serviço<sup>[31]</sup>.”

Fr. Joaquim de Santo Agostinho revelou uma preocupação incessante pela verdade histórica baseada na prova documental, englobando argumentações historiográficas baseadas na análise comparativa com cronistas coevos. Apresentou abordagens inéditas, mas igualmente antagónicas, criticando abertamente os opróbrios de historiadores franceses e ingleses sobre as temáticas portuguesas.

---

[29] MARTINS, Isilda Pires – *Muralhas de Loulé*, CML, Loulé, 1993.

[30] MARQUES, José – «Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III», separata da *Revista Caminiana*, n.º 13, [s. n.], Braga, 1986; MARTINS, José António – *Aljezur Medieval*, CMA, Aljezur, 2005.

[31] «Coroniqua de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos moros», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 97.

Acima de tudo, é facilmente reconhecível a inovação em divulgar uma fonte histórica aos leitores das *Memorias de Litteratura Portuguesa*.

No final do primeiro volume das *Memorias da Litteratura Portuguesa* podemos encontrar novo contributo de Fr. Joaquim de Santo Agostinho quanto à utilidade da Numismática<sup>[32]</sup> para o estudo da História e, fundamentalmente, na construção da memória histórica nacional e ultramarina<sup>[33]</sup>. A moeda, enquanto resultado de um complexo intricado de relações hierárquicas, não é uma invenção recente. A circulação de bens e valores no interior das comunidades parece ter sido um fenómeno universal que, de certo modo, relegou à moeda uma dupla função como meio de pagamento e *barómetro* económico.

A história da moeda é indissociável da História <sup>[34]</sup>, defendia Fr. Joaquim de Santo Agostinho. Deste modo, competia à Academia Real das Ciências de Lisboa não descurar o estudo numismático e procurar a sua inventariação nos cartórios nacionais, condição essencial para o sucesso de tais estudos. Aliás, o próprio Fr. Joaquim de Santo Agostinho será uma individualidade destacada nestes meandros, como veremos adiante<sup>[35]</sup>.

---

[32] MARQUES, Mário – *Introdução à Numismática*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982.

[33] Fr. Joaquim de Santo Agostinho introduziu um vasto rol bibliográfico com fontes e estudos especializados acerca da Numismática em Portugal e na Europa. Cf. «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», vol. I, 1792, pp. 349-353. Segue-se uma tabela comparativa e extremamente elaborada com as moedas que circularam em Portugal e nos territórios ultramarinos, ladeada por uma tabela cronológica dos reinados portugueses.

[34] RIVOIRE, Jean – *História da Moeda*, tradução de Isabel FERNANDES, Teorema, Lisboa, 1991.

[35] Fr. Joaquim de Santo Agostinho fez parte da comissão encarregue de publicar as antigas Cortes. BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. I, pp. 575-576.

Os trâmites da moeda foram condições expressamente vinculadas em as cláusulas nas infundáveis declarações de guerra ou no estabelecimento da paz, o móbil de compensação por danos físicos ou morais – lembremo-nos dos resgates dos prisioneiros de guerra ou do preço estipulado por morte de outrem, a terceiros –, enfim, foi e será um instrumento regulador da vida e morte desde tempos antiquíssimos. Nos prenúncios da portugalidade, a circulação de moeda apresentou numerosos problemas de escassez e de improdutividade face às desvalorizações sucessivas, situações sempre ‘contemporâneas’. Símbolo da coesão e força régia, a moedagem medieval preparou o campo para a substância económico-política das moedas modernas:

“A Arte Numismatica contava já muitos seculos de existencia, quando Portugal foi dado em premio, e em dote ao Grande Henrique. No seu tempo, e no de seus Successores corriaõ varias especies de Moedas; e as Romanas tinhaõ mais uso, que quaesquer outras, no principio da Monarquia. Os nossos Principes cunháraõ Moeda particular, e propria para o seu Reino, a que a materia, o Symbolo, o motivo da sua fabrica, e ainda o seu valor, davaõ muitas vezes o nome, que as fazia distinguir. Eu differenço duas especies de Numismas, Moedas, e Medalhas: as primeiras são os Numismas cunhados para concorrerem em razaõ do commercio: pelas segundas intendo os Numismas batidos para serem o premio da habilidade, e do valor<sup>[36]</sup>.”

---

[36] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792, p. 344.

O intento de Fr. Joaquim de Santo Agostinho em expor as grandes etapas numárias desde o período medieval<sup>[37]</sup> português justificou-se com a vontade de apresentar as diferentes visões da história numismática com maior clareza. Mesmo antes da economia de mercado ter forçado o incremento maciço da *moeda*, sempre existiu o fascínio pelos metais preciosos, tais como o ouro e a prata, enaltecendo/pervertendo as relações comerciais nas sociedades<sup>[38]</sup>. Segundo o Autor, o direito de cunhar moeda era considerado geralmente como um atributo do Estado<sup>[39]</sup> [identificável ou não com um indivíduo, uma dinastia ou um sistema político] e como um sinal de soberania e independência<sup>[40]</sup>.

---

[37] TAVARES, M.<sup>a</sup> José Ferro Pimenta – «A moeda medieval como fonte para a História das Mentalidades», separata de *Estudos da História de Portugal*, n.º 5, Editorial Estampa, Lisboa, 1982; IDEM – «Moeda», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, pp. 484-485.

[38] “O dinheiro é infecundo. [...] Os teólogos e canonistas da Idade Média, como bem explicou Jean Ibànes, não recusaram toda a produtividade do dinheiro, ao capital; mas no caso do empréstimo a juros, do *mutuum*, fazer o dinheiro emprestado parir dinheiro é contra a natureza. Tomás de Aquino afirma: ‘A moeda [...] foi inventada principalmente para as trocas; assim, a sua utilização própria e primeira é ser consumida, despendida nas trocas. Por conseguinte, é intrinsecamente injusto receber um preço pela utilização do dinheiro emprestado; é nisso que consiste a usura.’ LE GOFF, Jacques – *A Bolsa e a Vida. Economia e Religião na Idade Média*, tradução de Pedro JORDÃO, «Estudos Gerais», n.º 6, Editorial Teorema, Lisboa, 1987, p. 34.

[39] “Acreditando-se vulgarmente na Idade Média, tanto na Península como no resto da Europa, que o direito de dar à moeda um valor arbitrário estava ligado ao de cunhá-la e pertencia, por isso, ao soberano, foi desse direito que os nossos monarcas, seguindo o exemplo que lhes vinha de além-fronteiras, começaram a lançar mão, quando se encontravam em apertos financeiros.” GONÇALVES, Iria – «Monetágio, in *História de Portugal*, vol. III, p. 97.

[40] “Hé assim que eu tenho discorrido como Philosopho, e como Historiador, sobre os factos Numismaticos, que a Historia dos antigos Imperios nos offerece. Eu podera confirmar este meo discurso com as melhores provas, á permittir-mo a occazião. Mas o que tenho dito hé bastante para fazer conhecer os meos sentimentos sobre a origem, e progressos desta Arte, que com a



A moeda conserva-se, incontestavelmente, o eixo e o alicerce de qualquer estrutura socioeconómica, identificável com as diferentes épocas a que cada unidade monetária. Será legítimo, portanto, afirmar que a moeda foi, simultaneamente, a face de uma época e um *barómetro* das medidas económicas executadas pelas classes dominantes. A História de Portugal revela-nos uma das colecções numárias mais proíficas da Europa<sup>[41]</sup>, máxima que Fr. Joaquim de Santo Agostinho atribuiu às forças dominantes da monarquia portuguesa e da Expansão ultramarina:

“Como não só no Reino em as Casas da Moeda de Valença, Porto, Coimbra, Lisboa, e Evora, mas ainda nas Conquistas, Bahia<sup>[42]</sup>, Pernambuco, S. Sebastião, Rio de Janeiro, Villa Rica, nas Minas &c. se haja cunhado moeda particular; e como n’humas, e outra parte tenham corrido Moedas estrangeiras, de que fallaõ os Historiadores, e ainda ás vezes

---

Lapidar, e Diplomatica, fazem o corpo da grande Arte Critica: esta Arte, que, espalhando as suas luzes sobre toda a Litteratura, faz retroceder as medonhas trevas da ignorancia, desmascara o erro, esclarece o espirito do homem na carreira dos seus conhecimentos, depura as suas idéas, eo constitue hum verdadeiro cidadão da República das Lettras.” Em 1903 foi publicado um primeiro manuscrito de Fr. Joaquim de Santo Agostinho acerca da numismática portuguesa, a base estrutural da presente *Memoria*. Houvera sido repetidamente cortada pela Real Mesa Censória pelo seu alegado teor revolucionário até que, finalmente, seria concedida ordem à Academia Real das Ciências para a sua publicação. AZEVEDO, Pedro A. de – «A <Memoria> de Fr. Joaquim de Santo Agostinho sobre as moedas», in *O Archeologo Portuguez*, vol. VIII, n.ºs 7-9, Imprensa Nacional, Lisboa, Julho-Setembro 1903, pp. 159-162.

[41] GARCIA, Luís Pinto – *Numismática de alguns soberanos portugueses que cunharam moeda no estrangeiro*, [s. n.], Castelo Branco, 1938; GAMBETTA, Agostinho Ferreira – «A capital do Reino e origem da sua Casa da Moeda. História da moeda antiga portuguesa», separata do *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, 3.ª série, n.º 69-70, [s. n.], Lisboa, 1969.

[42] COSTA, Marcos Noronha de – *A Casa da Moeda da Bahia*, [s. n.], Lisboa, 2000.

os Monumentos publicos: eu trato primeiramente das Moedas do Reino; depois das estranhas, que nelle tem corrido; em terceiro lugar das Moedas do Estado, e alheias, que giraõ nas Conquistas, e lugares, em que se mantem principalmente o Commercio nacional na Asia, Africa, e America; guardando em todas o mesmo methodo: trato mais do valor do marco d'ouro, e prata; e offereço hum Mappa Chronologico dos nossos Principes para uso destas Memorias, que naõ passaõ do Reinado do Senhor D. Joaõ V. Eu consultei para ellas tudo quanto se tem escripto a este respeito, de que eu tenha noticia, [...]<sup>[43]</sup>.”

Não nos interessa problematizar sobre o valor das moedas em termos de quantidade/qualidade dos materiais compósitos, embora Fr. Joaquim de Santo Agostinho tenha calculado os valores aproximados dos espécimes monetários para os finais do século XVIII. No entanto, destacamos a excelente reflexão acerca dos valores fiduciários dos metais preciosos, como o caso do marco de ouro<sup>[44]</sup>, valor de referência “permanente” até então. Trata-se de um simples, mas cabal exercício de comparação, com o presumível valor e preços praticados pelos diferentes reinados desde o século XIII, de acordo com a documentação da época ou estudos especializados a que o Autor referenciou<sup>[45]</sup>.

---

[43] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 345.

[44] SALGADO, Javier Sáez – *História da Moeda em Portugal*, Abril/Controljornal, Linda-a-Velha, 2001.

[45] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, pp. 349-353.

Cunhada e concebida em numerosas concepções, a moeda é um ‘espelho’ da História, ainda que o seu valor monetário, ou de face, possa ter perdido a sua validade. Ao invés, o seu valor enquanto fonte histórica, tenderá sempre a progredir<sup>[46]</sup>. De acordo com a Fr. Joaquim de Santo Agostinho, o qual intentou compreender a evolução da moeda no quotidiano nacional, defende uma nova visão historiográfica acerca das moedas portuguesas até ao findar do século XVIII:

“Eu não dezejo prevenir o juizo dos Leitores illuminados sobre o merecimento deste ramo de Litteratura, e muito menos sobre o feliz successo do meu trabalho. He necessario ter muito fracos conhecimentos das Sciencias, para se ignorar o influxo, que em todas ellas tem a Arte Numismatica: que só por ella se poderão liquidar difficuldades insuperaveis da Historia Civil, e Ecclesiastica, tanto antiga, como moderna: que a existencia de muitos homens celebres, e dignos de eterna memoria, e ainda de alguns Monarchas, Povos, e Nações inteiras, só por este meio nos póde constar ao presente: que a antiga Architectura Civil, Nautica, e Militar, nos seria hoje desconhecida em huma grande parte, se ella nos não fôra conservada nos symbolos das Medalhas: que por ellas vimos no conhecimento da

---

[46] “A moeda antiga, em grande parte sem documento a defini-la, patenteia o metal com o seu valor intrínseco igual ao aquisitivo no espaço e no tempo em que foi batida, uma legenda a ligá-la à sua origem, uma figuração mais ou menos simbólica a espelhar a vida da sociedade que a criou e, em vários casos, a effigie de um soberano, de uma divindade ou de um herói a dar notícias de governo, religião e história de um povo. [...] A amoedação é *prerrogativa* do Estado, que dela colhe os direitos de senhoriagem.” Vd. VAZ, J. Ferraro – *Livro das Moedas de Portugal*, vol. I, [s. n.], Braga, 1969, p. 8. Veja-se um excelente estudo em «Moeda, in *Elucidário...*, vol. II, pp. 410-416.

fertilidade de certos paizes, da situação de muitas Cidades, das suas alianças, e do Commercio mais importante das Nações, e o que he mais, a maior parte da Theologia pagaã, dos ritos Cívís, e Ecclesiasticos, se vem notavelmente a aclarar pelo meio dos Numismas<sup>[47]</sup>.”

Qual o interesse dos estudos sobre a *praxis* numismática? Onde se revela o préstimo para os estudos históricos, entendíveis aqui na sua globalidade? Numa perspectiva historiográfica, as moedas constituem um dos muitos vínculos entre os diversos patamares da História. Segundo Fr. Joaquim de Santo Agostinho, as moedas fornecem informações e hipóteses que permitem percorrer sobre a evolução económico-social, dado que, em muitos casos, são os únicos testemunhos que proporcionam a chave da sucessão cronológica dos indivíduos e dos acontecimentos<sup>[48]</sup>. Todas as épocas se fizeram representar nas moedas, por vezes de modo mais elucidativo do que nos pergaminhos ou nos monumentos. Trata-se, portanto, de uma defesa da Numismática enquanto *ars* fundamental do Saber:

“Sobre tudo, quando se trata das Moedas, haverá homem ou de tão má consciencia, ou de tanto desinteresse, que julgue de pouca monta saber o valor das Moedas em

---

[47] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 347.

[48] *Catálogo da Coleção Numismática*, vols. I-II, Museu Eng.º António de Almeida, Porto, 1994; *Catálogo de Moedas da Monarquia Portuguesa (1185 a 1640)*, coordenação de Filipe TEIXEIRA, Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto, Porto, 2002; MARQUES, Mário Gomes – *História da Moeda Medieval Portuguesa*, Instituto de Sintra, Sintra, 1996.

todas as suas diferenças? Póde-se duvidar, que á falta deste conhecimento se devem attribuir infinitas trapaças no foro, computando-se erradamente o valor das antigas Moedas, porque se estipuláráõ todos os contratos daquellas idades, e se reputáráõ as Tenças, Mercês, Doações, e Legados? Por isto he, que eu não posso duvidar, que o meu trabalho, porque em breve Mappa decifrei com a maior exacção o que pertence ás Moedas do nosso Reino, he em si mesmo interessante ao Público, e o virá a ser em todas as suas relações, se eu tiver a felicidade de corresponder a execução deste assumpto ao desejo, que me inflamma de promover, como posso, os interesses verdadeiros da Nação<sup>[49]</sup>.”

Estamos perante um estudo de rigor ainda proveitoso para a numismática portuguesa. Note-se que o Autor<sup>[50]</sup> mostrava para não ser fácil condensar tantos séculos de produção monetária em breves páginas, preocupações actuais nos meios especializados<sup>[51]</sup>. Ainda

---

[49] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre as Moedas do Reino, e Conquistas», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. I, 1792, p. 348.

[50] Segundo P. W. de Brito Aranha, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, da qual não se conhece o paradeiro: *Diccionario critico da antiga linguagem portugueza e seus principaes accidentes. Acrescem todos os nomes das antigas moedas do reino, e conquistas, com seus respectivos valores e mudanças; os nomes antigos de homens mulheres, dignidades, officios, cidades, povoações, rios, notas numeraes, abreviaturas e outras muitas cousas importantes, para intelligencia da nossa linguagem nas primeiras idades, com notas criticas e breves dissertações: extrahido tudo de mss. fidelissimos, AA. classicos e melhores criticos, com indices exactos dos mss., archivos AA., criticos, e precedido de um - Novo methodo da grammatica portugueza e de um discurso historico-philologico-critico sobre a mesma lingua...*, vols. I-IV, manuscritos?

[51] VASCONCELLOS, José Leite de – *Da Numismática em Portugal*, Arquivo da Universidade, Lisboa, 1923; GAMBETTA, Agostinho Ferreira – «Numismática: Filosofia da História», separata de *Numismática*, n.º 18, [s. n.], Lisboa, 1983; FERREIRA, Jaime Martins – *Os Pais da Numismática*, [s. n.], Gaia, 2006.

assim, registre-se que esta *Memoria* ainda é usada para os exercícios numismáticos. Esta síntese da história da moeda portuguesa foi um claro exemplo da numismática tardo-setecentista, progressivamente considerada enquanto disciplina e ferramenta da História<sup>[52]</sup>.

O terceiro e último apontamento académico de Fr. Joaquim de Santo Agostinho de Brito França Galvão<sup>[53]</sup> para as *Memorias de Litteratura Portuguesa* foi lido em sessão pública na Academia Real das Ciências a 30 de Julho de 1794. Tratava-se, efectivamente, de uma súmula dos resultados alcançados por si nas inspecções aos arquivos e cartórios, nomeadamente o Mosteiro de Alcobaça, percorrendo sobre os códices manuscritos do seu espólio<sup>[54]</sup>.

Tecendo considerações sobre a riqueza do arquivo histórico alcobacense, fruto das incontáveis doações e sustentadas pelas rendas régias desde os primeiros tempos da nacionalidade. Elogiando a excelente organização da documentação monacal, o primor de gerações de monges e eruditos possibilitou a consulta útil de uma imensidade de documentos com a mais distinta origem: papéis da Fazenda, diplomas régios, correspondência pontifícia, documentação municipal de Alcobaça, entre miscelânea documental vasta.

---

[52] VILAR, Pierre – *Ouro e Moeda na História*, tradução de Alberto Paes SALVAÇÃO, «Fórum da História», n.º 5, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990.

[53] Não esquecer o seu papel como periodista, nomeadamente em *Reflexões sobre o Correio Brasiliense* [1809]. Como reconhecimento, foi nomeado comendador honorário da Ordem de S. Bento de Avis por D. João VI. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 225, 23 Setembro 1823, p. 1521.

[54] MACHADO, José Pedro – *Factos, Pessoas e Livros. Comentários através dos tempos. Edição comemorativa do 30.º aniversário da Livraria Portugal*, vol. II, Livraria Portugal, Lisboa, 1971, pp. 665-666.

O Autor encetou um extenso trabalho de selecção, tratamento e transcrição documental dos manuscritos na biblioteca de Alcobaça<sup>[55]</sup>. Segundo o seu parecer, era o cartório mais abundante de Portugal, embora a necessitar de uma reorganização dos catálogos documentais, entre os quais o *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*<sup>[56]</sup>. Editado provavelmente por Fr. Francisco de Sá<sup>[57]</sup> [?-?] em 1775, revelar-se-ia um guia bibliográfico desadequado para estas indagações históricas. Apontando os incontáveis erros desse guia, expôs criticamente a sua metodologia, que pouco auxílio bibliófilo patenteava. Assim sendo, encontrar-se-ão nesta *Memoria* rectificações e acréscimos ao *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*, principalmente quanto à organização desses códices e manuscritos.

Recordando as polémicas que marcaram a história do cartório de Alcobaça<sup>[58]</sup>, assinalou veemente os extravios e perdas de livros, códices e documentação ao longo dos séculos. O próprio D. Filipe II de Espanha ordenou a transferência de copiosa documentação e obras históricas para o Mosteiro do Escorial em Madrid, defendendo Fr. Joaquim de Santo Agostinho que esse *corpus* não teria, à partida,

---

[55] NASCIMENTO, Aires A. – «Alcobaça», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp. 32-34; MATTOSO, José – «Historiografia Alcobacense», in *ob. cit.*, pp. 35-36; «Códice», in *ob. cit.*, pp. 160-163.

[56] *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ, in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolæ, &c. et singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertunter notatu digna*, Typographia Regia, Lisboa, 1775. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. I, p. 139.

[57] «*Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*», in *Diccionario Bibliográfico Português*, vol. III, pp. 218-219.

[58] *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional: I – códices portugueses*, por António Joaquim ANSELMO, BNL, Lisboa, 1928, pp. 10-12; *Os Códices Alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa e o seu significado cultural: exposição evocativa dos Códices Alcobacenses no VIII centenário da fundação do Mosteiro de Alcobaça*, por Aires Augusto NASCIMENTO, BNL, Lisboa, 1979.

nenhum interesse político ou historiográfico nocivo para Espanha<sup>[59]</sup>. Mas esta imposição filipina não seria a única grande causa dos descaminhos documentais, como se depreende de outras falsas verdades e boatos que o Autor contestou.

Esta *Memoria* contém igualmente uma crítica expressa aos juízos historiográficos de Fr. Bernardo de Brito [1569-1617], o que causou alvoroço entre o Autor e os monges cistercienses de Alcobaça<sup>[60]</sup>. Como cronista-geral da sua Ordem publicou a *Chronica de Cister* [1602], a primeira Parte da *Monarquia Lusitana* [1597] e os *Elogios Historicos dos Senhores Reis de Portugal* [1603]. Por morte de Francisco de Andrada [1540-1614], ascendeu a cronista-mor do reino [1614]. Entretendo, a publicação da segunda parte da *Monarquia Lusitana* [1609] veio reforçar o reconhecimento daquela nomeação régia.

Projectou escrever uma *Historia de Portugal* desde as suas origens remotas, disposta em oito partes, mas foi-lhe apenas possível concretizar duas delas. Fr. Bernardo de Brito é considerado o fundador da historiografia alcobacence e que constitui um dos bastiões da literatura autonomista contra os Filipes, tal como Fr. Joaquim de Santo Agostinho lembrou.

Embora não seja apreciado como um poeta e seguisse métodos pouco ortodoxos como historiador, além de ser acusado de

---

[59] GORDO, Joaquim José Ferreira – «Apontamentos para a Historia Civil, e Litteraria de Portugal e seus Dominios, collegidos dos Manuscritos assim nacionaes, como estrangeiros, que existem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Ecurial, e nas de alguns Senhores, e Letrados da Côrte de Madrid», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. III, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1792.

[60] *Os Historiôgrafos de Alcobaça*, com introdução, organização e notas de Alfredo PIMENTA, «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.



falsificação de documentos, leituras etimológicas erróneas e de inventar histórias lendárias por historiadores posteriores, é-lhe legitimada uma erudição simplesmente extraordinária. A sua obra prosseguiu após a sua morte, por Fr. António Brandão [1584-1637], que redigiu e publicou a terceira e quarta Partes da *Monarquia Lusitana*, continuada depois por outros monges cistercienses.

Censurando acerrimamente a postura historiográfica e metodológica do mentor da *Monarquia Lusitana*, o Autor refere alguns documentos adulterados por aquele ou inexistentes à época, denunciando o pretenso misticismo e a efabulação da História de Portugal. Crítico da sua falta de transparência e lapso de imparcialidade, bem como da omissão e destruição de documentos, ainda assim Fr. Joaquim de Santo Agostinho tentou reabilitar as acções daquele cronista. No entanto, o grande objectivo desta *Memoria* era rectificar o supracitado *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*, sem olvidar as indicações de Fr. Bernardo de Brito nos mesmos códices:

“O Arquivo do Real Mosteiro de Alcobaça<sup>[61]</sup>, que venho de examinar<sup>[62]</sup>, assim como he hum dos mais antigos, assim he tambem hum dos mais ricos, e interessantes do Reino<sup>[63]</sup>. Coévo aos primeiros tempos da Monarquia:

---

[61] SÃO BOAVENTURA, Fr. Fortunato de – *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça...*, Imprensa Régia, Lisboa, 1827; GUSMÃO, Artur Nobre de – *A Real Abadia de Alcobaça: estudo histórico-arqueológico*, 2.<sup>a</sup> edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p. 126.

[62] Sobre esta missão, ver CARVALHO, Francisco Freire de – *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo...*, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1845, p. 425-433.

[63] *Indice alphabetico, e universal da Livraria do Real Mosteiro d'Alcobaça: em q[ue] se dá huma breve, mas suficiente noticia de todos os livros, e seos Autores, e se mostram os seos respectivos lugares pelos numeros das cazas das estantes,*

liberalmente dotado<sup>[64]</sup>, segundo as piedosas intenções d'aquelles dias: protegido em todas as épocas pelos Reys, e Senhores de Portugal<sup>[65]</sup>: elle conserva ainda hoje um incalculavel numero de Documentos em muito boa ordem, e arrecadação<sup>[66]</sup>. Mas este grande numero, porque só diz respeito na maior parte a negocios de fazenda, e economia, he bem insignificante, se exceptuarmos os Diplomas Regios, e Pontificios, e o Direito Municipal das Villas, e Povações, de que os Religiosos de Alcobaça são Donatarios<sup>[67]</sup>. Foi sobre estes objectos, que eu trabalhei, quanto pude, recolhendo o que julguei digno de ser conservado em qualquer d'aquelles ramos, como mais importante para a nossa Historia, e Legislação<sup>[68]</sup>. Seria agora inutil dar conta do meu trabalho nesta parte, e até impossivel: as Cópias dos Documentos, e os Extractos dos que se me representáraõ de menor

---

*q[ue] vão expressados no fim de cada hum dos titulos, à exceção de poucos, q[ue] se assinarão na margem*, vols. I-II, manuscritos, 1800-1801.

[64] SILVA, Saul Gomes da – «Entre Memória e História: os primeiros tempos da Abadia de Santa Maria de Alcobaça (1152-1215)», separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 2, FCSH-UNL, Lisboa, 2002, pp. 187-256.

[65] FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Historia Corographica da comarca de Alcobaça...*, manuscritos, 1781-1784.

[66] *Documentos relativos aos Conventos da Ordem de Cister em Portugal, sobretudo ao mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, compilação de Fr. Manuel de FIGUEIREDO [?], [manuscritos], <1775.

[67] *Memorias para formar a Historia da Comarca de Alcobaça...*, compilação de Fr. Manuel de FIGUEIREDO [?], [manuscritos], c. 1780.

[68] Para uma análise das visitas aos cartórios nacionais entre 1788 e 1794: RIBEIRO, Fernanda – «O Ensino de Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista», in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, FLUP, Porto, 2006, pp. 49-50.

importancia, e que já appresentei o daraõ melhor a  
conhecer<sup>[69]</sup>. [...]

Quem fosse o Escritor famoso, que ideou aquelles  
Documentos, nós o ignoramos<sup>[70]</sup>; mas pode dizer-se, sem  
nota de temeridade, que de alguns parece ter sido Author  
aquelle mesmo, de quem ainda hoje se queixaõ muitos do  
Codices existentes pelas memorias apocryfas, com que fôraõ  
adulterados<sup>[71]</sup>; e que algumas d'estas memorias se poderiaõ  
attribuir sem escrupulo ao Chronista *Brito*, homem  
benemerito a tantos outros respeitos, e melhor cortejo, se  
huma critica mais exacta conduzisse a sua penna<sup>[72]</sup>.

---

[69] “Na Classe de Litteratura e Historia, não foi este anno pobre de producções. [...] O Sñr. *Joaquim de Santo Agostinho* presenteou-nos com o *Indice dos documentos impressos, relativos á nossa Historia*, em 14 massos, Obra de longo trabalho, e muita utilidade.” SILVA, José Bonifácio de Andrada e – «Discurso contendo a Historia da Academia Real das Sciencias, desde 25 de Junho de 1814 até 24 de Junho de 1815», in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo IV, Parte II, Typographia da Academia, Lisboa, 1816, p. XXI.

[70] BRAGA, Teófilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Publica Portuguesa*, vol. I, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1892, pp. 55-56.

[71] Sobre falsificações, ver *Chancelarias medievais portuguesas. Documentos da chancelaria de Afonso Henriques*, por Abiah Elisabeth REUTER, vol. I, Instituto Alemão da Universidade, Coimbra, 193, p. 232; *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques (A. D. 1095-1185)*, aditamentos, fontes e índices por Rui Pinto de AZEVEDO, vol. I, tomo II, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1962, § LVIII, doc. 350, pp. 773-776.

[72] Sobre as qualidades de Fr. Bernardo de Brito e a apreciação de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, ver CARVALHO, Francisco Freire de – *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo...*, p. 437.

A falta desta critica apurada, e de que a sua alma era capaz<sup>[73]</sup>, se os exemplos, e o character dominante do seu seculo, se a sua curta idade, se razoes ainda mais particulares tanto permittissem<sup>[74]</sup>, lhe grangeou asperas censuras de contemporaneos, e de vindouros<sup>[75]</sup>; porque ella o fez cahir em descuidos, e erros, com visos tão sensiveis de voluntarios, que, parecendo por isso pouco dignos de desculpa, não poderiaõ em tempo algum dar muito lustre á sua reputação<sup>[76]</sup>. As memórias, que vou produzir em

---

[73] RIBEIRO, João Pedro – *Breves reflexões á Historia Chronologica e Critica da R. Abbadia de Alcobaça pelo Sr. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1829; TERREIRO, Álvaro – *Frei Bernardo de Brito, historiador profético da resistência (1569-1614)*, CMA, Almeida, 1992.

[74] BRANDÃO, Mário – «A Escola Pública de Alcobaça. Um embuste da historiografia alcobacense», in *Estudos Vários*, vol. II, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Universidade de Coimbra, 1974, pp. 268-288.

[75] “O carácter remoto das épocas tratadas permite a Bernardo de Brito expandir-se em narrativas que, oscilando entre uma erudição notável e um espírito apoloético exacerbado, albergam um maravilhoso que se diria participar no espírito das novelas de cavalaria tão difundidas na época ou, pelo menos, almejar um mesmo público. Ao longo dos anos, e já desde o século XVII, a crítica nacional apaixonou-se procurando determinar se Bernardo de Brito acreditaria nos documentos que apontava e se não teria até falsificado alguns, a fim de inscrever como facto histórico as especulações a que eram dados os humanistas e historiadores da época, em Portugal como na Espanha e no resto da Europa. Modernamente, apontou-se-lhe a intenção de associar a Ordem de Cister aos destinos de Portugal; negou-se a existência de uma «historiografia cisterciense» em que se enquadrariam os objectivos e métodos da sua obra.” FRAGA, M.<sup>a</sup> do Céu – «Brito (Frei Bernardo de)», in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. I, cols. 788-790.

[76] “Á vista do character historico de Brito, e da indole do seu seculo, nem admiraremos a publicação das duas Cartas de S. Bernardo para o Senhor Rei D. Affonso Henriques, e para o Abbadie Cerita, que depois de longo tempo se tem reputado, ou de absoluta falsidade, ou pelo menos de fé mui duvidosa; pois antes que o Arquivo de Alcobaça fosse examinado de ordem d’Academia Real das Sciencias, os criticos já consideravão estes Documentos mais como producções de zelo pela gloria da Patria, do que filhas da verdade. O disvelo d’Academia nesta indagação, apoiado pelo cuidado e intelligencia de quem foi encarregado deste trabalho, fizerão patente ao Mundo Litterario o credito, que

correccão<sup>[77]</sup>, e suplemento ao Index dos Codices de Alcobaça, evidenciarão ao mesmo tempo quanto venho dizer<sup>[78]</sup>.”

Ao longo desta *Memoria*, Fr. Joaquim de Santo Agostinho introduziu várias emendas e aditamentos ao *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*, nomeadamente quanto à interpretação dos códices originais, enumerados e compilados naquele repertório. Também neste ponto as referências de Fr. Bernardo de Brito, mas igualmente de historiadores cistercienses nacionais e estrangeiros, motivando reacções calorosas do clero alcobacense.

De entre a selecção das observações efectuadas pelo Autor, escolhemos alguns códices alcobacenses, como o «codex CCVII», constituído pela *Historiarum Libri VII adversus Paganos*, de Paulo Orósio [c. 390-431 d. C.], discípulo de Santo Agostinho de Hippona [354-430 d. C.].

---

merece o Historiador Fr. Bernardo de Brito, quando produz Documento, que não tenham outro fiador do que a sua propria auctoridade; servindo a este proposito de huma grande luz a controversia, que em abono dos Codices de Alcobaça ultimamente se suscitou da parte do mesmo Mosteiro contra a Memoria, que esta Real Academia publicou relativamente aos mencionados Codices.” FREIRE, António da Visitação – «Vida de Fr. Bernardo de Brito», in *Collecção dos Principaes Auctores da Historia Portuguesa...*, vol. I, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. XXXV-XXXVI.

[77] FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Dissertação Historica, e Critica, que para apurar o Catalogo dos Chronistas Móres do Reino e Ultramar...*, Officina da Patriarcal de Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1789, pp. 23-24, 36, 50, 66-69, 82-84; baseando-se ainda em Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo.

[78] SANTO AGOSTINHO [de Brito GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1793, pp. 297-301.

Quanto aos documentos forjados hipoteticamente por Fr. Bernardo de Brito, incluía-se a ‘promessa’ de D. Afonso Henriques antes da conquista de Santarém, justificativa da fundação do Mosteiro de Alcobaça. Na serra dos Albardos, ou Alvados, o primeiro monarca terá feito a promessa solene de construir um mosteiro, caso Deus lhe concedesse a vitória, pelo que Alcobaça será erigida em cumprimento desse voto. Dedicada a Santa Maria, foi um dos primeiros edifícios plenamente góticos em Portugal [sofrerá profundas transformações no período barroco], numa tentativa de duplicação da abadia de Claraval [na Fase III]. Segundo a sua carta de couto, a fundação data de 1153, embora as prospecções dos terrenos efectuados pelos monges, talvez oriundos de S. João de Tarouca, serem anteriores.

Instalados no chamado “mosteiro velho”, só em 1178 reúnem as condições necessárias à edificação da nova abadia, possibilitando uma comunidade religiosa mais numerosa. Os monges haviam preparado o terreno para facilitar a fixação populacional e agrícola através de arroteamentos e outras obras de drenagem. Obra estrategicamente implantada no centro do território nacional, com um estaleiro cujas dimensões se afigurariam atípicas à época, teve que recorrer à importação de mão-de-obra, tendo a sua construção obedecido directamente às instruções de São Bernardo, abade de Claraval [1090-1153], como é tradicionalmente aceite.

Além dos relatos da conquista de Santarém em 1147 [*De Expugatione Scalabis*], também lhe estava anexo um relato da tomada de Alcácer do Sal [*Gosuini de Expugnatione Salaciæ Carmen*], de Soeiro Gosuino, autor obscuro do século XIV, presumivelmente francês ou talvez português? Após incursões infrutíferas, esta fortificação da orla marítima alentejana seria conquistada em 1158,

numa vitória conseguida por D. Afonso Henriques, auxiliado pela Ordem de Santiago. Em 1186, D. Sancho I doou a vila e o castelo a esta ordem religioso-militar, ficando a sua guarda a cargo dos cavaleiros espatários. No entanto, sofreram um sério desastre em 1191 face às hostes muçulmana, pelo que Alcácer do Sal só seria recuperada definitivamente em 1217, sob o comando de D. Afonso II.

Todos estes documentos foram, alegadamente, adulterados por Fr. Bernardo de Brito. Entretanto, a contestação a estas conclusões far-se-ia sentir numa objecção anónima<sup>[79]</sup> à análise do «codex CCVII». Logo após, surgiria a defesa<sup>[80]</sup> de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, como se poderá constatar:

---

[79] “As judiciosas reflexões, que occupárao o animo do R.<sup>mo</sup> P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho, fazem ver, com as diversas datas da fundação de Alcobaça, e da Conquista de Santarem, huma serie de factos contraditorios, que os Monumentos lançados no presente Cod. não podem concordar. E entregando nós (como he justo) estes pontos de huma embaraçada Chronologia aos que deverem por officio examinar as duvidas historicas, e dissolvellas: parece-nos demasiado dura a Proposição, em o que o mesmo R.<sup>mo</sup>. affirma com toda a segurança: *Que depois de 6 de Fevereiro (de 1147) não apparece hum só dia, em que se possa dizer com probabilidade: Hoje residia S. Bernardo em Claraval. [...]*” ROBALO, Fr. Francisco [?] – «Sobre a indagação do Codex CCVII. (*Mem. Acad.* fol. 315.)», in *Exame Critico sobre a Memoria Academica, que o R.<sup>mo</sup> P. M. Fr. Joaquim de Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794 e que corre impressa no tom. V. da Literatura Portugueza a folh. 297*, Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1799, pp. 23-24

[80] “Se o meu Censor duvidar do que acabo de escrever, além de que elle póde verificar estes factos, lembre-se dos enganos dos primeiros e segundos Copistas, e dos erros typographicos da minha *Memoria*, e dos que tem o seu *Exame Critico*, e poderá desculpar-me.” SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Ao § IX. sobre a indagação do Codex CCVII. (*Mem. Acad.* fol. 315)», in *Resposta ao Opusculo intitulado Exame Critico sobre a Memoria Academica, que R.<sup>mo</sup> P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794, e que corre impressa no Tom. V. da Literatura Portugueza a folhas 297. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo (&c.). Impresso em 4.<sup>o</sup>, e de 51 paginas. Acerca dos Codices Mss. e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça*, Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1800, p. 32.

**“CODEX CCVII<sup>[81]</sup>.**

A Promessa feita por ElRey D. Affonso Henriques de edificar, e dotar o Mosteiro de Alcobaça<sup>[82]</sup>, publicada por Brito<sup>[83]</sup>, e lançada neste Codex fol. 146 v.<sup>a</sup> foi escrita nelle muito depois do facto, pois a letra, além de ser diversa da do Codice, não póde remontar acima do seculo XVI<sup>[84]</sup>. O mesmo se deve entender dos outros Documentos, que se lhe seguem: e são a fol. 147 huma Oraçaõ sobre a Conquista de Santarém, mais em estylo de Romance, que de Historia<sup>[85]</sup>; e principia: *Cantemus Domino Frates Karissimi*

---

[81] “[...] A fol. 52. vers. usque ad 146. septem Libri Historiarum Orosii Presbyteri adversus Paganos editi tom. 5. Bibl. Patrum: fol. 146. vers. *promissio D. Alfonsi I. Lusitaniæ Regis de Alcobaciæ Monasterio ædificando, dotandoque diversa Littera edita a Brito*. A fol. 147. Oratio cujusdam Anonymi; & quomodo oppidum Santarem dictum captum fuerit. Omnia edita a Brito. A fol. 148. vers. usque ad ult. Elegia Sueri Gosuini Olisiponensis 13. sæcul. circa expugnationem Salaciæ vulgo Alcaccer do Sal, init. *Segnities mentis bona corporis otia carpunt; fin. Nota mihi fuerat, nec tibi notus eram.*” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, pp. 90-91.

[82] SEQUEIRA, P. de C. e – «Memoria do Voto de D. Affonso Henriques na Serra de Albardos», in *Arquivo Pittoresco*, vol. VII, fts. 39, 42, 1864, pp. 311-312, 335-336. Convém referir as notas de António da Silva Túlio, sendo esta *Memoria* uma peça fundamental para este artigo.

[83] BRITO, Fr. Bernardo de – «Como el Rey Dom Afonso determinou ganhar Santarem aos Mouros, & da gente que leuou consigo, & como se encomendou nas orações de nosso Padre Sã Bernardo, & lhe fez hum solenne voto para alcançar seu fauor pera com Deos», in *Chronica de Cister, onde se contam covsas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da Christandade*, Parte Primeira, Livro III, Officina de Pedro Crasbeek, Lisboa, 1602, cap. XVIII, pp. 160-163.

[84] “[...] vers. *promissio D. Alfonsi-I. Lusitaniæ Regis de Alcobaciæ Monasterio ædificando, dotandoque diversa Littera edita a Brito.*” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 90.

[85] “Oratio cujusdam Anonymi; & quomodo oppidum Santarem dictum captum fuerit. Omnia edita a Brito.” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 90. Sobre a conquista de Santarém, ver *Fontes Medievais da*



&c.:<sup>[86]</sup> e a fol. 148 v.<sup>a</sup> a Elegia<sup>[87]</sup> de *Sueiro Gosuino* sobre a  
Conquista de Alcacer do Sal<sup>[88]</sup>.

Porque a Memoria, ou Oração sobre a Conquista de  
Santarém, de que venho falar enlaça com os factos, e  
circunstancias do voto, fundação, e doações primordiais de

---

*História de Portugal. Anais e Crónicas*, com selecção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA, 2.<sup>a</sup> edição, vol. I, «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1982, p. 93.

<sup>[86]</sup> “Cantemus domino, fratres karissimi, Cantemus domino in tympano, et choro, et iubilemus in cordis et organo, exultationis: uoce magnificatus est enim gloriose subiciendo gentes mahometh adorantes sub pedibus uestris, elegit nobis hereditatem speciosissimam quam dilexit. [...]” «De Expugnatione Scalabis», in *Portugaliæ Monvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, p. 94.

<sup>[87]</sup> “A fol. 148. vers. usque ad ult. Elegia Sueri Gosuini Olisiponensis 13. sæcul. circa expugnationem Salaciæ vulgo Alcacer do Sal, init. Segnitie mentis bona corporis otia carpunt; fin. Nota mihi fuerat, nec tibi notus eram.” Cf. «CODEX CCVII», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 91. BRANDÃO, Fr. António – «Escritura XX. Que he hum relatorio da tomada de Santarem por el Rey D. Afonso Henriques. Serve para o que se diz no capitulo 22 & 23 do Livro decimo», in *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, pp. 165-169. “O relato da tomada de Santarém abre, significativamente, com algumas expressões retiradas do salmo 150, um hino a louvar os feitos e a grandeza do Senhor, sendo, neste caso, a vitória militar obtida, ou melhor, concedida a Afonso Henriques [...]. Num tom alegre mas imperativo, o monge exorta a que todos louvem a Deus por ter subjugado os muçulmanos aos pés dos cristãos, a prova de que considera estes seus paladinos um novo povo eleito [...], renovando-se, de certo modo, o antigo pacto da aliança de Javé e os Israelitas. Esta análise é reforçada quando se afirma que Deus, por intermédio do monarca português, superou em muito as obras que já havia realizado através dos reis bíblicos.” PEREIRA, Armando de Sousa – «Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra», in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. A Historiografia Religiosa Medieval hoje: temas e problemas*, 2.<sup>a</sup> série, tomo XIII-XIV, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001-2002, p. 330.

<sup>[88]</sup> «Gosuini de Expugnatione Salaciæ Carmen», in *Portvgaliæ Monvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, pp. 101-10; BRANDÃO, Fr. António – «Escritura IX. Que he hũa copia da tomada de Alcaçar do Sal...», in *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, f.ºs 264v.º-267 v.º; «Sueiro Gosvino», in *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, p. 726.

Alcobaça<sup>[89]</sup>, e della se ajudáraõ em parte os que figuráraõ as maravilhas, e portentos de revelações, profecias, visões, e outras graças, que entãõ se dizem acontecidas a beneficio daquelle Mosteiro<sup>[90]</sup>; direi agora o que me occorre para mostrar a impostura do seu Author, ou quando menos a improbabilidade do que nos conta em ar taõ decidido<sup>[91]</sup>.

Esta Memoria data a Conquista de Santarém *Idibus Marciii Illuscente die Sabbati in era M.C.LXXXV*<sup>[92]</sup>. Mas a pesar desta, e

---

<sup>[89]</sup> “Quem lêr com attenção a extensa clausula desta Carta, que decorre desde as palavras = *Si vero contigerit* = e conclue = *non elucescat super terram* = não pôde deixar de reconhecer, que perdendo se nella de vista a piedosa offerta ao Mosteiro de Claraval a que se dirigia, parece só dedicada a attribuir os privilegios de Realengas ás possessões dos Cistercienses em Portugal, e isentá-las, e os mesmos Monges de quaesquer encargos. Não pôde com effeito deixar de entrever-se claramente nesta Clausula huma penna bem semelhante á que attribuiu a S. Bernardo, na Carta ao mesmo Senhor Rei, as clausulas equivalentes = *in cujus duratione et integritate indelebile habebitis elogium Regni vestri... et in divisione reddituum didetur a vobis Corona vestra* = pelas quaes se pertendeo profetizara S. Bernardo, que a permanencia e prosperidade deste Reino ficava dependente da integridade e conservação das rendas dos Cistercienses: bem semelhante também á que forjou a Novella do Voto feito pelo Senhor D. Affonso Henriques na Serra de Albardos, hindo de caminho para a Conquista de Santarem perpetuada depois pela Inscrição do Archo chamado da Memoria. Cujas coherencias não podem deixar de diminuir muito o credito a hum Documento, que pelos Fundamentos antecedentes, labora por mais de hum principio, em racional duvida.” RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, vol. I, art.º IV, pp. 80-82.

<sup>[90]</sup> *Victoriosas promessas de Christo a Portugal, na gloriosa apparição ao Veneravel D. Affonso Henriques em o Campo de Ourique, manifestadas no Auto do Juramento do mesmo Rei, descuberto no cartorio de Alcobaça no anno de 1596...*, Officina de João Evangelista Garcez, Lisboa, 1808.

<sup>[91]</sup> Acerca da conquista de Santarém e as críticas de Fr. Joaquim de Santo Agostinho, entre outros autores, em BRANDÃO, Fr. António – *Crónica de D. Afonso Henriques*, edição actualizada, com uma introdução de Artur de Magalhães BASTO, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Lisboa, 1945, pp. LVII-LIX.

<sup>[92]</sup> “Capta est idus martii illucescente die sabbati in era M.<sup>a</sup> centesima LXXX.<sup>a</sup>V.<sup>a</sup>, quo anno mauri, qui arabice mozamida uocantur, ingressi yspaniam

semelhantes relações duvidou-se n'outro tempo, e sempre se poderá disputar a verdadeira época da Conquista de Santarém, e fundação de Alcobaça<sup>[93]</sup>. Nossos primeiros Historiadores, como os da ultima idade, não concordão neste artigo<sup>[94]</sup>. Huns dataõ a Conquista a 15 de Março<sup>[95]</sup>: outros a 7<sup>[96]</sup>; 8<sup>[97]</sup>, e 15 de Maio<sup>[98]</sup>: e

---

destruxerunt yspalim ciuitatem, me tunc agente tricesimum ferme ac septimum etatis annum [...]» «De Expugnatione Scalabis», in *Portugaliæ Monvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, p. 94.

[93] «Alcobaxa, ou Alcobacha», in *Elucidário...*, vol. I, pp. 322-326.

[94] SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Ensaio histórico sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos Mouros em 1147*, [s. n.], Santarém, 1947; BARBOSA, Pedro Gomes – «Estratégias de formação do património fundiário de Santa Maria de Alcobaça no termo de Santarém (séculos XI a inícios do XIV)», in *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio [13-14 Março 1998]*, CMS, Santarém, 2007, pp. 107-116; PEREIRA, Armando de Sousa – «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa», in *II Congresso Histórico de Guimarães. Actas*, vol. V, [s. n.], Guimarães, 1997, pp. 297-323.

[95] SARTORIUS, Augustinus – *Cistercium Bis-Tertium seu Historia Elogialis...*, vol. I, Wickhart, Praga, 1700, p. 764; BRANDÃO, Fr. António – «Tratão os Cavaleiros Portugueses que el Rey se não ache na tomada de Santarem, & elle não obstantes suas razões acomete a villa, & a ganha», in *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, cap. XXIII, f.ºs 163-165.

[96] “Assi foi tomada a nobre & populosa villa de Santarem no anno de M. CXLVII. vespera do apparecimento de Sam Miguel, que são sete dias de Maio, & não em Setembro, quando he a festa da dedicação de Sam Miguel, com hum Esteuão de Gariuai, chronista Castelhana, diz, querendo dar a entender, que el Rei começou esta jornada em Maio, & a acabou em Setembro, não declarando de qual das festas de Sam Miguel se fallaua, se do apparecimento, que he a oito de Maio, ou da dedicação, que he a XXIX. de Setembro. O que he erro manifesto. Porque el Rei partio de Coimbra huma segunda feira, que forão dous de Maio, em que foi dormir a Alfafar, & aa terça foi dormir a Cornodellas, & quarta aa aldea das Pegas, & quinta aa serra de Albardos, & sesta feira em amanhecendo foi aa mata de Pernes, & aa noite aos oliuaes de Santarem, & ao sabbado de madrugada, que forão sete dias do mesmo mes, escalou & tomou a villa.” LEÃO, Duarte Nunes do – «A villa de Santarem como foi tomada & entrada», in *Crónicas dos Reis de Portugal. Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez*, introdução e revisão de Manuel Lopes de ALMEIDA, «Tesouros da Literatura e da História», Lello & Irmão Editores, Porto, 1975, pp. 68-69. “Desde entonces le tratò San Bernardo por sus cartas, y fuè su socorro con su vida y oraciones; siendo desde luego primicias del fruto dellas el sucesso del assalto de aquella villa, pues sin peligro

outros a 29 de Setembro<sup>[99]</sup>. Dizem huns, que ella fôra no anno de 1135<sup>[100]</sup>; outros em 1144<sup>[101]</sup>; e alguns em 1147<sup>[102]</sup>. A fundação

---

alguno en cinco dias que tardò en llegar desde Coimbra, y en menos de una hora despues de llegado escalò aquella nobre y fuerte ciudad la noche de San Miguel, y dia siete del mès de Mayo.” FARIA E SOUSA, Manuel – *Historia del Reyno de Portugal.*, Terceira Parte, Casa de Juan Baptista Verdussen, Antuérpia, 1730, pp. 177-178.

[97] SANTOS, Fr. Manuel dos – *Alcobaça Illustrada: noticias e Historia dos Mosteyros & Monges Insignes Cistercienses...*, Officina de Bento Seco Ferreira, Coimbra, 1710.

[98] “[...] acabou ao romper da madrugada de hum Sabbado, nos Idus de Mayo, que são aos quinze, cõforme a memoria de Alcobaça, inda que a tradição, que dura desde então na propria villa, está em contrario, porque se affirma, q foi entrada dos sete pera os oito de Mayo, que foy dia de Sam Miguel, & a causa deste erro cuido eu que seria por inaduertencia do escriuão, ou por saber mal contar por Idus [...].” BRITO, Fr. Bernardo de – «Como el Rey Dom Afonso ganhou Santarem aos Mouros, da pratica que fez a seus soldados, & de alguns sinaes, que aparecerão no ceo, pronosticos desta grande vitoria, com a descripção do sitio da propria villa», in *Chronica de Cister...*, Primeira Parte, Livro III, cap. XIX, p. 166.

[99] “Passò adelante, y al amanecer, antes q fuesse sentido de los infieles, dia del Archangel san Miguel, dio con tanta furia, y tan de repente en los enemigos, que quando se quisieron defender, no pudieron, y assi sin detrimento alguno, les ganò a Santaren: lo qual atribuyeron el Rey y sus gentes, al fauor del santo Bernardo, que de tal manera estuuiesen sepultados en sueño a tal hora los Moros, que ni las centinelas, ni otra persona alguna de los contrarios lo sintiesse.” MONTALVO, Fr. Bernabé de – «De una milagrosa victoria que el Rey Don Alonso Henriquez de Portugal alcançò por los meritos de S. Bernardo, y de la fundaciõ del monasterio de Alcobaça», in *De la Coronica del Orden de Cister, e Institvyto de San Bernardo*, Primeira Parte, Livro III, Officina de Luiz Sanchez, Madrid, 1602, cap. LXVIII, p. 594.

[100] RIBEIRO, João Pedro – «Appendice IX», in *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, vol. III, Parte Primeira, p. 28.

[101] “As provas de que Santarem se tomou em 1147, e com probabilidade em março, acham-se solidamente estabelecidas por Brandão [...]. Que importa, pois, que documentos suspeitos, ou escriptores mais recentes variem na data, se esta concorda com a verdade? Estribar-se aquelle critico [Fr. Joaquim de Santo Agostinho], para provar a incerteza do anno, na Chronica cisterciense de Montalvo, que attribue a conquista a 1144, é na verdade extraordinario.” HERCULANO, Alexandre – *Historia de Portugal*, vol. I, 2.<sup>a</sup> edição, Viúva Bertrand e Filhos, Lisboa, 1853, p. 503.

de Alcobaça, que he hum facto próximo á Conquista de Santarem, aparece datada por diversos AA. em 1142<sup>[103]</sup>; em 1144<sup>[104]</sup>; em 1148<sup>[105]</sup>; e até em 1152<sup>[106]</sup>.

---

[102] Como é historicamente assente pela documentação alcobacense, de acordo com a óptica do Autor.

[103] Livro das Fundações do Mosteiro de Claraval, impresso em *Sancti Bernardi Abbatis Primi Clarae-Vallensis... genuina sancti doctoris opera quatuor prioribus tomis complectens / post Horstium denuo recognita, aucta & in meliorem digesta ordinem, necnon novis praefationibus, admonitionibus, notis & observationibus indicibusque copiosissimis locupletata & illustrata, secundis curis Domini Johannis MABILLON*, vol. I, Johannis Guignard... [et al.], Paris, 1690.

[104] ALMEIDA, António de – «Erros Historico-Chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister correctos em 1834», in *Memorias da Academia Real das Sciencias. Classe de Sciencias Moraes e Bellas Letras*, tomo XII, Parte Primeira, Typographia da Academia, Lisboa, 1837, pp. 116-118; MONTALVO, Fr. Bernabé de – «De una milagrosa victoria que el Rey Don Alonso Henriquez de Portugal alcançò por los meritos de S. Bernardo, y de la fundaciõ del monasterio de Alcobaça», in *De la Coronica del Orden de Cister, e Institvto de San Bernardo*, Primeira Parte, Livro III, cap. LXVIII.

[105] “Anno igitur 1148. ipso festo Purificationis B. Mariæ Virginis, quæsito & inuento, ad fundandum Cœnobium opportuno loco, ipse Rex Alphonsus, primus omnium Ligone appræhenso terram fodit, qua sportam implens humeris asportavit, cuius exemplum imitatus Petrus Regis frater, cæteri nobiles idem fecêre. Felicibus his auspiciis, Regia domus Alcobaciæ inchoata est, cum interim Alphonsus Rex Ecclesiolam & cætera loca regularia, non procul ab eo loco ædificari fecit, vtibidem habitarent Monachi, donec maior Abbatia perficeretur, quæ tandem post quatuor annos ex integro constructa fuit, anno nempe 1152. ex antiquo lapide, muro Claustri regularis ad ingressum Templi infixio apertè constar dum vt ait.” JONGELINCX, Gaspar – «Abbatiae Ordinis Cisteriensis in Regno Portvgalliæ», in *Notitiæ Abbatiarvm Ordinis Cistertiensis per vniversvm orbem...*, Livro X, Jean Henningium, Colónia, 1640, p. 438 [30].

[106] “Algumas Memorias antigas dão a entender, que o Mosteiro de Alcobaça teve principio em o anno do Senhor de 1152. Assi consta de huma pedra, que està à entrada da Igreja vindo da Claustra, & contem estes versos. *Templa duo posuit, facti monumenta potentis, Alfonsus, populi gloria magna sui. Vallibus his primùm struxit no grande sacellum Anno quem Lector Crux tibi sancta notat. & M. CXC. XI. KAL. Octob.* Cuja significação he a seguinte. Dous templos fundou o poderoso Rey Dom Afonso, gloria soberana do Reyno Portugues, para memoria de seu grande poder. O primeiro dos quais fundou aqui nestes vales com pequena fabrica, na era que mostra a Cruz pintada abaixo, que he na Era de Cesar de 1190. a onze da Calendas de Outubro. E vem a ser a vinte dias do mez

Sobre os factos ha sem duvida maior variedade nos mesmos Escritores Cistercienses. Fr. *Bernabé de Montalvo*, que certamente se não servio das Memorias de *Brito*, porque falando dos Escritores de Cister diz: *Un monge de Alcobaça de nacion Portuguez ha sacado a ora la historia Lusitana en su língua vulgar y me dicen está escribiendo de cosas de la Orden: Montalvo* sobre a fé dos AA. que cita<sup>[107]</sup>, sem fazer menção das Cartas de S. Bernardo<sup>[108]</sup>, conta, que este Santo em huma noite, quando D. Affonso se dispunha para marchar com o seu exercito sobre Santarem, lhe apparecêra em sonhos, animando-o á batalha, e segurando-o da victoria: que na passagem por Alcobaça fizera ElRey o voto<sup>[109]</sup> de ahí edificar hum Mosteiro: que, tomada Santarem em dia de S. Miguel, retirando-se o Rey para as vizinhanças de Alcobaça, renovára o voto, e promettêra de mais dotar o Mosteiro com quanta terra ganhasse naquelle dia: que S. Bernardo, achando-se em Claraval, tivera revelação d'este voto, e

---

de Setembro do anno de 1152. Concorde com esta Memoria, & differe sò em tres dias, outra do livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra, a qual diz assi. *E. M. C. L. X. viii. Kal. Octobris sumpsit initium domus Alcobaciæ*. Quer dizer. Na Era de 1190. (devese advertir como a letra X. val quarenta) a 8. das Calendas de Outubro teve principio a Casa de Alcobaça." «Da fundação de Alcobaça...», in *Collecção dos Principaes Auctores da Historia Portugueza...*, *Monarquia Lusitana*, vol. II, Livro X, cap. XXXII, Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1806, pp. 276-277.

[107] MONTALVO, Fr. Bernabé de – «De los Doctores y Escritores Ecclesiasticos de la orden de Cister», in *De la Coronica del Orden de Cister, e Institvto de San Bernardo*, Primeira Parte, Livro II, cap. XXXIII, p. 307.

[108] De entre outras versões, ver *Cartas del Glorioso Padre y Doctor de la Iglesia San Bernardo*, traduzidas do latim para a língua castelhana com notas de Fr. Joseph de ALMONAZID, Julian de Paredes, Madrid, 1686.

[109] FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Provas da votiva Acção do primeiro Monarca de Portugal, que na marcha para escalar Santarem prometteo a DEOS a fundação, e dote de hum Mosteiro Cisterciense, se pelas intercessões de S. BERNARDO ficasse senhor da Fortaleza, que hia atacar*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1788.

da victoria, o que tudo participára aos seus Monges; os quaes chamára no dia seguinte á Batalha, e fizera logo partir alguns a fundar o Mosteiro de Alcobaça, que fôraõ conhecidos do Rey pelos vêr com o mesmo Habito, em que o Santo lhe apparecêra naquella noite referida<sup>[110]</sup>.

Tal he a narração de *Montalvo*: e porque talvez ainda era diminuta, o Chronista *Brito*, e depois d'elle *Manrique*, *Brandaõ*, *Sanctos*, *Sartorio*, e *Jongelino*, a ornáraõ de mais algumas circumstancias notaveis: por exemplo: Que Pedro Affonso<sup>[111]</sup>, irmão do Rey, lembrado do que ouvira, e presenciára em França á cerca de S. Bernardo, quando por ordem do mesmo Rey o fôra interessar para conseguir do Papa a confirmação do titulo Real, agora lhe recordára o merecimento de S. Bernardo<sup>[112]</sup>, e instára pela execução do voto, a que elle dera causa, ou motivo<sup>[113]</sup>: [...]

Esta Historia he tecida de circumstancias inverosimeis, e milagrosas: humas, e outras necessitaõ de melhores provas: de circumstancias manifestamente contradictorias: e estas por

---

[110] GALVÃO, Duarte – «Como elRey dom Affomssso Hamrriquez partiu com sua gemte pera hir tomar Santarem, e do voto que fez no caminho a Sam Bernardo, o quall naquella ora lhe foy rreuellado laa em Framça, homde estaua», in *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, apresentação de José MATTOSO, IN-CM, Lisboa, 1995, pp. 101-105.

[111] FIGUEIREDO, Fr. Manuel de – *Dissertação Historica, e Critica, que para distinguir D. Pedro Affono, filho do Conde D. Henrique, religioso cisterciense em Alcobaça, de D. Pedro Affonso, filho do Rei D. Affonso Henriques*, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1789.

[112] SOUSA, D. António Caetano de – «Do Conde D. Henrique», in *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. I, Livro I, pp. 25-30.

[113] BRANDÃO, Fr. António – «De alguns filhos de el-rei D. Afonso fora do matrimónio, e coisas tocantes a sua vida e estado», in *Crónica de D. Afonso Henriques*, cap. XX, pp. 90-93.

si mesmas se destrohem: de outras oppostas a factos, de cuja certeza ninguem duvída hoje<sup>[114]</sup>: e he sobre estas, que eu devo formar algumas reflexões<sup>[115]</sup>.”

Entretanto, Fr. Joaquim de Santo Agostinho deparou-se com um códice autógrafo compreendendo vários livros da *Monarquia Lusitana*, de Fr. Bernardo de Brito, com comentários abonatórios em sua defesa por Fr. António Brandão. Junto a essa obra manuscrita, inédita à época, estava o *Auto de Juramento*, de D. Afonso Henriques, em como teria estado na presença de Jesus Cristo na véspera da batalha de Ourique [25 de Julho de 1139]. Era, claramente, um documento falsificado sem nenhuma preocupação pela veracidade, tendo em conta matéria tão sensível.

Associada à batalha surgiu a lenda do milagre de Ourique. Antes da batalha, Jesus Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques, assegurando-lhe a vitória e a protecção futura do reino, pelo que a independência de Portugal assentava na vontade expressa dos Céus. Fr. Bernardo de Brito aprimorou a mesma lenda, conferindo-lhe uma nova relevância, falsificando ou ordenando a falsificação daquele *Juramento*, como Fr. Joaquim de Santo Agostinho acusava sem reservas. É de notar que a lenda foi fortalecida em situações nas quais Portugal necessitou de consolidar a sua independência. A partir

---

[114] BRITO, Fr. Bernardo de – *Monarquia Lusitana*, Parte Primeira, introdução de A. da Silva RÊGO e notas de A. A. Banha de ANDRADE... [et al.], IN-CM, Lisboa, 2004, pp XXVI- XXVII.

[115] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 315-319.



do século XIX, esta lenda foi novamente posta em causa, sobretudo por Alexandre Herculano e toda a historiografia posterior.

Estas conclusões foram sujeitas à contestação anónima<sup>[116]</sup>, seguida logo após pela refutação<sup>[117]</sup> de Fr. Joaquim de Santo Agostinho ao mesmo «codex CCCLIX», focando as presumidas

---

<sup>[116]</sup> “As duas datas, que se achão no Codex CCCLIX, e das quaes huma he *coeva ao Frontespicio*, e outra *coeva ao Mss.*, entraõ agora a formar hum novo jogo de intrincados números, e huma nova Taboada, que só pelas regras, que ensinaõ a calcular as idéas com methodo, e com clareza, he que aspiramos a desenredar as suas confusões. [...] Hum talento mediano pensaria, que depois do anno de 1593 he que Brito descobriu em Alcobaca o papel do Juramento; mas o R.<sup>mo</sup> Acad. confunde por hum tal modo o jogo destas datas, e destes algarismos, que em vez de examinar cada huma dellas separadamente, para evitar enredos, e labyrinthos, reunio (porque assim o quiz) todas as suas reflexões na data do Frontispicio, e desta solitariamente deduzio por huma bem acertada consequencia: *Que se Brito no anno de 1609 ainda não tinha noticia de que existisse em Alcobaca aquelle Juramento, como affirmaõ Brito, e Brandaõ, que tinha sido descoberto alli em 1596?*” ROBALO, Fr. Francisco [?] – «Novo jogo de algarismos sobre a invenção do juramento (Mem. Acad. fol. 335», in *Exame Critico sobre a Memoria Academica, que o R.<sup>mo</sup> P. M. Fr. Joaquim de Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794 e que corre impressa no tom. V. da Literatura Portugueza a folh. 297*, pp. 46-48.

<sup>[117]</sup> “A prefacção do discurso apologetico do meu Censor ficará sem resposta: e a tudo o que accumula para salvar o Chronista Brito das suspeitas de pouco sincero na data da invenção do Juramento, pondo de parte todas as personalidades, que aqui se envolvem, só respondo, que duvido muito, que o meu Censor encontre toda a docilidade nos seus Leitores para estarem pelas desculpas, com que pertende justificallo. [...] Quanto ao *novo jogo de intrincados numeros*, e á *nova Taboada &c.*, como se explica o Censor, sobre a Invenção do Juramento no mesmo Codex 359, era bem facil de resolver a questaõ na sua hypothese. Se o titulo não he coevo ao Ms., não temos que disputar. Outra era a minha hypothese; pois vendo, que as datas eraõ respectivamente coevas ao titulo e ao Ms., intendi tambem, que o titulo era coevo ao Codex. Talvez não o seja.” SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Ao § XIV. Sobre a indagação dos Codices CCCLIV, CCCLV, CCCLVI, CCCLVIX (Mem. Acad. fol. 330 e seg.», in *Resposta ao Opusculo intitulado Exame Critico sobre a Memoria Academica, que R.<sup>mo</sup> P. M. Fr. Joaquim de S. Agostinho offereceo á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de Julho de 1794, e que corre impressa no Tom. V. da Literatura Portugueza a folhas 297. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo (&c.). Impresso em 4.<sup>a</sup>, e de 51 paginas. Acerca dos Codices Mss. e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaca*, pp. 35-48.

contrafacções de Fr. Bernardo de Brito na construção da *Monarquia Lusitana*, entre outros embustes:

**“CODEX CCCLIX<sup>[118]</sup>.**

Este Codex he autografo, e da propria mão do D<sup>r</sup>. Fr. *Bernardo de Brito*<sup>[119]</sup>; he inedito, e contém 5 livros da Monarquia Lusitana desde o Conde D. Henrique até D. João I. Nas costas da folha, que serve de titulo ao Codex, se lê o seguinte: *Advertencia necessaria para quem ler este L.<sup>o</sup> feita pelo D<sup>r</sup>. Fr. Antonio Brandaõ Monge de Alcobaça*<sup>[120]</sup>. *O P. D<sup>r</sup>. Fr. Bernardo de Brito fez este livro sendo ainda muito moço: no fim do 4.<sup>o</sup> L.<sup>o</sup> dise elle, que acabou a 22 de Setembro de 1593 sendo de idade de 25 annos*<sup>[121]</sup>. *Pello que não pôde examinar muitas das cousas, que aqui escreve*<sup>[122]</sup>; *antes em algumas partes dos L.<sup>os</sup>, que deixou impressos, seguiu o contrario do que aqui tinha*

---

[118] “In Charta ordinaria scripti, & compositi ab eodem Fr. Bernardo de Brito. Primus Codex complectitur 4. Libros Monarchiæ Lusitaniæ ab Adamo usque ad Nativitatem Domini, e ejusdem Lusitaniæ Geographiam. In secundo Codice extant. 5. 6. & 7. Monarchiæ Lusitaniæ Libri a Nativitate Domini usque ad Comitem Henricum *Genealogia dos Silvas ab Ænea derivata*. Tertius Codex complectitur 5. Libros Lusitaniæ a Comite Henrico usque ad Joannem Bonæ Memoriæ Lusitaniæ Regem. Primus, & secundus Codex sunt editi; sed secundus Codex loco Epistolæ Dedicatoriæ ad Petrum II. quæ est in impressis, habet Epistolam Dedicatoriam ad Philippum III.” Cf. «CODICES CCCLVII. CCCLVIII. CCCLIX», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 161.

[119] *Historiografia Portuguesa dos Séculos XIV a XVIII. Exposição Bibliográfica – Guia*, BNL, p. 26.

[120] *Idem, ibidem*.

[121] BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, pp. XIII-XIV.

[122] IDEM – *Crónicas do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, edição actualizada, com uma introdução de Artur de Magalhães BASTO, «Biblioteca Histórica-Série Régia», Livraria Civilização, Lisboa, 1944, p. XXXI.

*escrito. Pello que se ha de advertir, que vão aqui muitos erros em materias de Historia<sup>[123]</sup>: e porque poderia ser levarme Deos pera sy antes de acabar a historia de Portugal, que vou continuando do lugar, em que ficou a 2.<sup>a</sup> Parte da Monarquia Lusitana, que compoz o P. Dr. e vir depois algu intrepido, que sem fazer elleição se persuadissee, que se podiaõ imprimir estes escritos, me pareceo fazer esta advertencia, e declarar, que ninguem foi mór amigo do P. Dr. Fr. Bernardo em sua vida que eu<sup>[124]</sup>, nem ha quem despois da sua morte haja de tratar as couzas de sua honra com mais respeito. Feita em Lisboa a 28 de Fevereiro de 1626. Dr. Fr. Antonio Brandaõ. Esta Memoria he da mesma letra, e punho do Chronista Brandaõ<sup>[125]</sup>. [...]*

Embora porém existisse o facto, e houvesse n'algum dos Arquivos do Reino o decantado Juramento<sup>[126]</sup>; eu o não pretendo impugnar: só digo, que o Pergaminho, existente em Alcobaça, nunca foi, nem pôde ser Original<sup>[127]</sup>. A letra he moderna, e contrafeita tão sensivelmente, que posso segurar de boa fé, ser quasi impossivel, que Diplomatasta entendido na

---

[123] SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, pp. 164-165.

[124] BRANDÃO, Fr. António – *Crónicas do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, p. XXXI.

[125] SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. II, pp. 29-30.

[126] *Juramento com que el Rey Dom Afonso Henriquez confirmou a visaõ de Christo Nosso Salvador...*, Officina de Antonio Alvarez, Lisboa, 1641? Sobre as questões historiográficas em torno do juramento de D. Afonso Henriques, veja-se SILVA, Armando Malheiro da – «Para uma abordagem mitanalítica da Restauração», in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. II, FLUP, Porto, 2001, pp. 397-408.

[127] RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal...*, vol. I, pp. 28, 60-61.

sua Profissão, apenas o veja, não o repute logo apocryfo, e supposto<sup>[128]</sup>.”

Para exemplificação das contradições nos registos alcobacenses, destacamos os comentários aos códices CCCLXXIII e CCCLXXIV, indigitados pelo *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ* e revistos pelo Autor, não se conhecendo nenhuma impugnação posterior. Tratava-se, basicamente, do registo do *Livro dos Testamentos do Lorvão*, que existiria no cartório de Alcobaça e utilizado por vários autores até 1775, nomeadamente pelo cisterciense Fr. Manuel da Rocha [1676-1744. Alvo de críticas bastante incisivas, as transcrições daqueles manuscritos não respeitariam a verdade histórica nem os simples rudimentos da ciência diplomática. O certo é que Fr. Joaquim de Santo Agostinho teria, sem sucesso, procurado por tais códices em Alcobaça, mas não os encontrara, confessando as suas frustrações:

---

[128] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, pp. 333-339.

**“CODEX CCCLXXIII, e CCCLXXIII”<sup>[129]</sup>.**

Já não existe na Bibliotheca Mss. de Alcobaça o Codex 373<sup>[130]</sup>; ao menos não me foi possível descobri-lo apesar das mais exactas averiguações. Tenho porém toda a certeza que elle<sup>[131]</sup> se guardava naquella livreria, quando se fez o Index dos Cod. de Alcob. em 1775<sup>[132]</sup>.

---

<sup>[129]</sup> “Papyreus in 4.<sup>o</sup> minori fol. 83. scriptus anno 1575. a Fr. Hilario das Chagas Alcobacensi Monacho. Continet Fol. 1. *Memoria da Fundação, e Doações do Real Mosteiro de Alcobaça*. Fol. 19. *Memoria dos Mosteiros de S. Bernardo, que o Senhor Rey D. Manoel mandou visitar, e saber de suas Rendas, e Fundações*. Fol. 46. *Memoria das Fundações dos Mosteiros das Religiosas de S. Bernardo destes Reinos de Portugal*. Fol. 73. *Lembrança de como foi fundado o Mosteiro de Cister*. Fol. 75. vers. *Hum simples Catalogo dos primeiros vinte Abbades de Alcobaça*. [...] Membranaceus in 4.<sup>o</sup> Littera sæculi XII. fol. 48. Continet Testamenta, Donationes, & Venditiones Cœnobii Lorvanensis Monachis factas per Christianos, & Mauros, quarum pleraque reperiuntur in Libro, cui titulus *Portugal renascido*, a Rocha composito.” Cf. «CODEX CCVII & CODEX CCCLXXIV», in *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ...*, p. 170.

<sup>[130]</sup> Ter-se-ia extraviado por razões desconhecidas? Por curiosidade, vejamos o destino de muitos códices e livros após as reformas liberais de 1834: “A livreria foi roubada de um modo escandaloso. Os livros que escaparam ao roubo ininteligente, que não tinha outro fim senão rasgar e aproveitar as folhas em embrulhos de tenda, forão transportados em carros para o porto de S. Martinho, onde embarcaram para Lisboa. Os carros foram semeando de livros e de manuscritos a estrada. Os rapazes apanhavam-nos, rasgavam-nos e faziam barcos e chapéus de papel com as preciosas folhas dos livros raros do convento.” «Alcobaça», in *Diccionario Popular Historico...*, direcção de Manuel Pinheiro CHAGAS, vol. II, Lallement Frères, Lisboa, 1876, p. 10; ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 220.

<sup>[131]</sup> “[...] Depois passey no mesmo anno de mil setecentos e vinte e hum a examinar o Archivo do Real Mosteiro de Alcobaça, em todo o sentido primeiro dos particulares deste Reyno; diligencia, que repeti no anno mil setecentos e vinte e tres, e repitirey em muito mais occasioens, dando-me Deos vida; porque a experiencia me tem mostrado, quam grandes soccorros podem tirar delle, os que se applicaõ à composiçaõ, ou estudo da Historia; ainda que já o achei muito diminuto, e extraídos delle muitos Codices antigos, que sey de memorias fidedignas alli existiraõ nos tempos passados: os mesmos exames fiz tambem, e por ordem da Academia, no Archivo do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tambem grande, e cheyo de monumentos, e Codices importantissimos para o nosso Instituto, dos quaes todos, e dos principaes de Alcobaça dey

O Codex 374 não existia então em Alcobaça, e se havia mandado para o Mosteiro de Lorvão<sup>[133]</sup>. Ainda que *Rocha* copiou d'elle algumas Escrituras, e extractou outras, que publicou no seu *Portugal Renascido*<sup>[134]</sup>, com tudo o Livro dos Testamentos de Lorvão devia ser novamente copiado<sup>[135]</sup>; porque aquelle A. foi muito infeliz na leitura das datas; se não

---

relação exacta à Academia.” LEAL, Manuel Pereira da Silva – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*, Parte I, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1729, p. XI.

[132] A julgar pelo seu registo e indexação naquela obra de referência.

[133] Sobre o destino do códice n.º 374, ver *O Arquivo da Torre do Tombo, sua história, corpos que o compõem e organização*, por Pedro A. de AZEVEDO e António BAIÃO, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p. 84 [fac-simile da edição de Academia de Estudos Livres, Lisboa, 1905].

[134] ROCHA, Manuel da – «De outras mais pessoas, e Cavalheiros illustres, que existirão em Portugal no seculo decimo; e mais especialmente do Conde D. Gonçalo Moniz. Examina-se o anno, em que Coimbra foy ultimamente restaurada do poder dos Mouros por ElRey D. Fernando o Magno», in *Portugal Renascido, Tratado Historico-Critico-Chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os sucessos de Portugal do seculo Decimo...*, Officina de José António da Silva, Lisboa Occidental, 1730, cap. XI, pp. 110-123.

[135] “O Livro dos Testamentos do Lorvão interessa tanto á Historia Portugueza, como o *Liber Fidei* da Sé de Braga, o Livro de *Mumadona* de Guimarães, o *Censual* do Porto, o Livro *Preto* de Coimbra, e outros d'esta natureza, e antiguidade. Era em consequencia d'isto que a Academia me ordenára o fizesse copiar com a mais escrupulosa exactidão, qual temos guardado nas Copias, e Extractos dos antigos Documentos até agora recolhidos. Quanto aos assumptos, e datas das Escrituras, copiadas neste Codex, achaõ-se extractados pelo Snr. Fr. *Joaquim de S. Rosa de Viterbo*, quando examinou o Cartorio de Lorvão; Extractos que illustrou, e se achaõ na Secretaria da Academia. À vista d'elles se vê não só a importancia d'estes Documentos, mas tambem os erros chronologicos, com que os havia publicado o Dr. *Rocha*.” SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portugueza*, vol. V, 1793, p. 346, nota. Sobre a descoberta do *Livros dos Testamentos do Lorvão* por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo e o parecer de João Pedro Ribeiro nesse sentido, veja-se *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos Arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, doc. LXXXVIII, pp. 74-75; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica (Século XVIII)*, vol. III, pp. 240-242.

he que, para sustentar certas opiniões domesticas, transtornou de proposito a sua Cronologia<sup>[136]</sup>.”

No final deste debate e demais controvérsia, um autor anónimo comparou todas as argumentações do *Index Codicum Bibliothecæ Alcobatiæ*, as recomendações de Fr. Joaquim de Santo Agostinho e as instruções dos monges cistercienses, publicando os resultados tabelados<sup>[137]</sup>, mas sem grande visibilidade.

Interessou a Fr. Joaquim de Santo Agostinho rever alguns postulados da historiografia alcobacense e as suas relações com a Coroa desde os primórdios da nacionalidade<sup>[138]</sup>, onde São Bernardo

---

[136] SANTO AGOSTINHO [de Brito França GALVÃO], Joaquim de – «Memoria sobre os Codices Manuscritos, e Cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça», in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, vol. V, 1793, pp. 345-346. Sobre as diatribes a Fr. Manuel da Rocha, ver *Portugal Renascido (excertos)*, introdução e selecção de textos de António SALVADO, Edição de *Estvdos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, [s. n.], Castelo Branco, 1973, pp. 10-11.

[137] “Temos (ao que parece) coadjuvado os Leitores para poderem notar com facilidade os diversos *pontos opticos*, por meio dos quaes a Grande Arte da Perspectiva costuma transformar em *imagens grotescas*, as *figuras* mais bem *proporcionadas*, e continuariamos a reflectir sobre outros muitos pontos substanciaes do Author da *Resposta*; se tanto agora, como na composiçã do *Exame Critico*, tivessemos por objecto, ou sustentar Questões, que, sem Authoridade Superior, ficariaõ interminaveis; ou consummir o tempo em renovar as nossas accusações contra *erros de facto*, que se podem examinar nos Manuscritos: Ou em fim chamar os Leitores a digressoes e notas eruditas, que a Filosofia dos nossos tempos nos administrava com profusaõ. Mas instados pela necessidade dissemos, quanto basta: e o amor da Brevidade no manda em fim guardar silencio.” ROBALO, Fr. Francisco [?] – *Exposiçaõ do verdadeiro sentido de algumas frases, que o A. da resposta ao Exame Critico accumulou, e que por isso mesmo merecem ser analysadas, para que a Verdade ou falsidade do Retrato, que dellas se quizer formar se comprehenda melhor pela confrontaçaõ do seu Original. Em 21 de Maio de 1800*, Regia Typografia Silviana, Lisboa, 1817, p. 26.

[138] *Cister – Documentos Primitivos. No 9.º Centenário da Fundação de Cister*, introdução, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

de Claraval<sup>[139]</sup> possuiu o maior protagonismo. A Ordem de Cister norteou as suas actividades num trato bastante privado com o Poder e não foi por acaso que os vultos cistercienses destacam-se na Cultura e História portuguesas, contando com o patrocínio régio em todas as dinastias<sup>[140]</sup>.

Com o avanço dos estudos paleográficos e diplomáticos, nos quais Fr. Joaquim de Santo Agostinho enfileirava, as construções historiográficas exigiam um valor probatório renovado e eminentemente científico. Aqui transparece uma poligrafia histórica cultíssima e um domínio filológico ímpar, sem esquecer as inovações historiográficas europeias em voga nos finais do século XVIII, como se depreende desta *Memoria*. Era a procura pela prova histórica fidedigna, não deturpada em prol deste ou daquele objectivo propagandístico ou político.

Abrindo mais um conflito intelectual que se prolongará, como se sabe, muito além das intervenções de um Alexandre Herculano, digno sucessor destas inquietações historiográficas<sup>[141]</sup>. Mas será num outro tempo e em contexto bem distinto, ainda que as preocupações de fundo tenham sido bastante similares. Ou seja, a exigência e a procura por uma verdade histórica isenta e autêntica, apartada de caracteres hagiográficos, influências costumeiras e das tradições populares que se perdem na noite dos tempos.

---

[139] DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, tradução de Pedro BARBOSA e António VICENTE, Edições ASA, Lisboa, 1997; *São Bernardo (1090-1990). Catálogo bibliográfico e iconográfico*, introdução, selecção e catalogação por Gérard LEROUX, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1991.

[140] MATOS, Leonor Correia de – *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999.

[141] HERCULANO, Alexandre – *Eu e o Clero: Carta ao Exm.<sup>o</sup> Sr. Cardeal-Patriarcha*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1850.